



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão do MPPB

2017 – 2019



MPPB
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA PARAÍBA

FRANCISCO SERÁPHICO FERRAZ DA NÓBREGA FILHO

Procurador-geral de Justiça

ALCIDES ORLANDO DE MOURA JANSEN

1º subprocurador-geral de Justiça

ALVARO CRISTINO PINTO GADELHA CAMPOS

2º subprocurador-geral de Justiça

VASTI CLEA MARINHO DA COSTA

Corregedora-geral

KÁTIA REJANE MEDEIROS LIRA LUCENA

Subcorregedora-geral

DORIEL VELOSO GOUVEIA

Ouvidor

ANTÔNIO HORTÊNCIO ROCHA NETO

Secretário-geral

RODRIGO SILVA PIRES DE SÁ

Secretário de Planejamento e Gestão

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão do MPPB

2017 – 2019

www.mppb.mp.br

EXPEDIENTE

ANDRÉA BATISTA

Texto e edição

ALEXSANDER CARVALHO

CRISTINA FERNANDES

Pesquisa e revisão

SEBASTIAN FERNANDES

Projeto gráfico

Fotos

ERNANE GOMES

Ascom/CNPG

Ascom/CNMP

Ascom/APMP

Ascom/ASMP

APRESENTAÇÃO



**Francisco Seráfico
Ferraz da Nóbrega Filho,**
Procurador-geral de Justiça

*Apesar das
dificuldades
enfrentadas,
avancamos,
porque
estivemos
juntos nessa
construção.*

Construindo um Ministério Público mais forte!

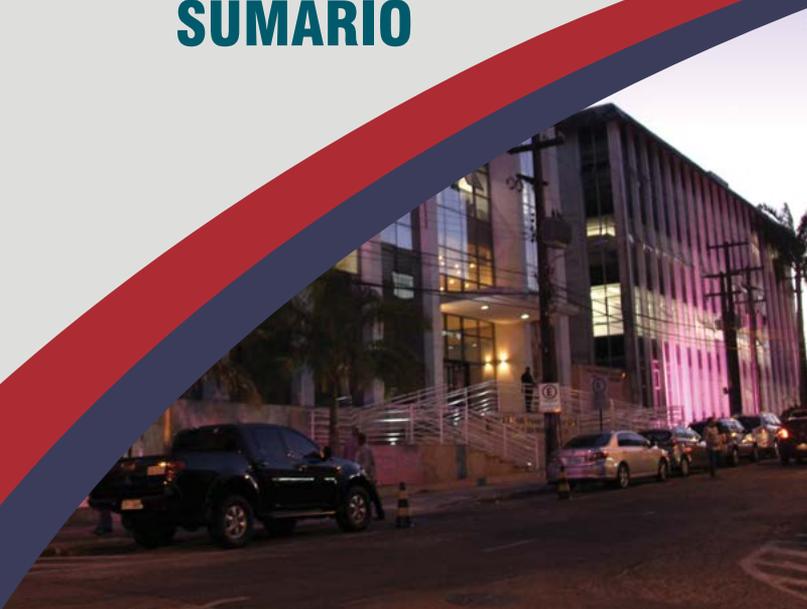
Uma instituição forte e organizada, com credibilidade e efetiva capacidade de transformação social. Essa visão tem norteado os caminhos do Ministério Público, com foco na transparência das ações e na efetividade do serviço prestado à sociedade. Apesar das dificuldades enfrentadas, avançamos, porque estivemos juntos nessa construção.

Podemos destacar, ainda, a forte atuação institucional dos órgãos, dentre eles, do Gaeco e da Ccrimp, que denunciaram, aproximadamente, 250 pessoas por crimes diversos; do Cira, que recuperou mais de R\$ 80 milhões aos cofres públicos; do MP-Procon, com forte atuação na defesa do consumidor; de cada Centro de Apoio Operacional na gestão dos projetos estratégicos que impactaram municípios de todas as regiões do Estado. Cada órgão, cada setor, cada membro e cada servidor foi importante para os resultados alcançados.

Com diálogo, reformulamos os quadros de membros e de servidores; otimizamos os recursos e lutamos pela recomposição das perdas orçamentárias; construímos, reformamos e ampliamos sedes de promotorias, seguindo o planejamento de obras. Nomeamos diversos servidores, investimos em tecnologia, virtualizando 100% dos órgãos e criando novas ferramentas.

Resta a certeza de que ainda temos um longo caminho pela frente e que, juntos, estamos fazendo o Ministério Público mais forte!

SUMÁRIO



1. TEMÁTICAS SOCIAIS..... 8

- Fim dos Lixões na Paraíba..... 9
- Localização de desaparecidos 12
- Financiando projetos 14
- Água para o Futuro 16
- Segurança hídrica na Paraíba..... 18
- Planejamento estratégico 22
- Questões de gênero 26
- Políticas Públicas 28
- Defesa do torcedor 31

2. DENÚNCIAS E OPERAÇÕES 33

- Investigação de agentes públicos 34
- Inteligência e participação social..... 36
- Combate à Corrupção 42
- Recuperação de ativos 44
- Controle da atividade policial..... 46
- Defesa do consumidor..... 48

3. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ... 51

- MP Brasileiro 52
- Parcerias locais 53
- Manifestações no Pleno..... 55
- Recursos da Core 57
- Entidades representativas..... 59
- Participação no CNPG 61
- Reconhecimento na Enccla 62

4. APOIO OPERACIONAL

ÀS PROMOTORIAS 64

- Cidadania, Direitos Fundamentais, Cíveis e de Família 65
- Criança e Adolescente e Educação ... 67
- Criminal 70
- Saúde, Meio Ambiente e Consumidor .72
- Patrimônio Público, Fundações e Terceiro Setor 74



5. GESTÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS 76

- Novo quadro de membros..... 77
- Concurso para promotor..... 79
- Reorganização de cargos e nomeação de servidores..... 81
- Implantação do teletrabalho 83
- Central de diligências..... 85
- Apoio técnico 86
- Uniformização de procedimentos..... 87
- Recomposição do orçamento 88

6. TECNOLOGIA A SERVIÇO DO MP..... 90

- MPPB 100% Virtual..... 91
- Novas funcionalidades..... 94
- Exportando tecnologia 95
- Sistemas melhoram experiências 96

7. ESTRUTURA FÍSICA 99

- Investimento em obras..... 100
- Manutenção dos prédios 102
- Frota, mobiliário e equipamentos ... 103

8. LEIS, ATOS E NORMAS..... 104

- Modernizando dispositivos 105
- Colégio de Procuradores de Justiça .. 106
- Conselho Superior do Ministério Público 106

9. IMAGEM E COMUNICAÇÃO ... 108

- No topo da transparência 109
- Licitação transmitida em tempo real .. 111
- Campanhas institucionais..... 112
- Fortalecendo a identidade visual 113
- Novo portal 114
- Concursos de Fotografia 115
- O MPPB nas mídias 117

10. EVENTOS E CURSOS

- Mais de 1,6 mil horas de aprendizado... 120

1. MPPB

TEMÁTICAS SOCIAIS

- Fim dos Lixões na Paraíba
- Localização de desaparecidos
- Financiando projetos
- Água para o Futuro
- Segurança hídrica na Paraíba
- Planejamento estratégico
- Questões de gênero
- Políticas Públicas
- Defesa do torcedor





Gestores foram chamados para assinar acordo que deve acabar com lixões

FIM DOS LIXÕES

Acordos viabilizam política de resíduos sólidos na PB

Em meados de 2018, a Procuradoria-Geral de Justiça se deparou com a iminência de ter que processar cerca de 90% dos prefeitos paraibanos por manterem lixões a céu aberto. A decisão, além de abarrotar ainda mais a Justiça, não garantiria que o problema fosse solucionado, somente, talvez, a punição do gestor. Neste cenário, nasceu o projeto “Fim dos Lixões”, que, a partir da assinatura de acordos de não-persecução penal, proposto pelo Ministério Público da Paraíba, deve resultar no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), em vários municípios paraibanos.

A solução consensual consiste no compromisso do gestor de não mais depositar os resíduos sólidos de suas cidades em lixões, no

prazo de 365 dias, a contar da assinatura do acordo, e do MP de não denunciá-lo por crime ambiental. Nesses termos, o primeiro acordo foi celebrado no dia 8 de outubro de 2018. Foram desenvolvidas duas etapas do projeto com a convocação dos gestores de duas microrregiões do Estado. Até julho de 2019, 68 prefeitos haviam assinado o documento.

O projeto conta com a participação direta do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente, que elaborou e executa as ações do projeto junto com a PGJ, e de representantes da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup), da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e do Ministério Público Federal.



Recuperação de danos e geração de renda

A intervenção do MPPB para resolver o problema ambiental foi além. Foram propostos também termos de ajustamento de conduta (TACs) para que os gestores, em até cinco anos, recuperem a área degradada pela poluição provocada pelos lixões. Também foi oferecida aos municípios assessoria para orientá-los na execução das ações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, como a educação ambiental da população e a implantação do sistema de coleta seletiva, que evitará que uma grande quantidade de materiais recicláveis vá para aterros. A coleta seletiva gerará renda para catadores da cidade.

Coleta seletiva Três fases do projeto

- 1** Educar a população para a separação do lixo orgânico (cozinha), reciclável (plástico, papel, alumínio e outros) e o rejeito (lixo do banheiro).
- 2** Prefeitura deve adequar o sistema de coleta seletiva para evitar que o trabalho da população seja inutilizado com a mistura do lixo em caminhão compactador.
- 3** Construir unidade de tratamento de resíduos, onde o lixo será separado e vendido; feita a compostagem do material orgânico e o descarte correto do rejeito.

Cerca de 90% das cidades mantêm lixões a céu aberto e catadores em atividade insalubre

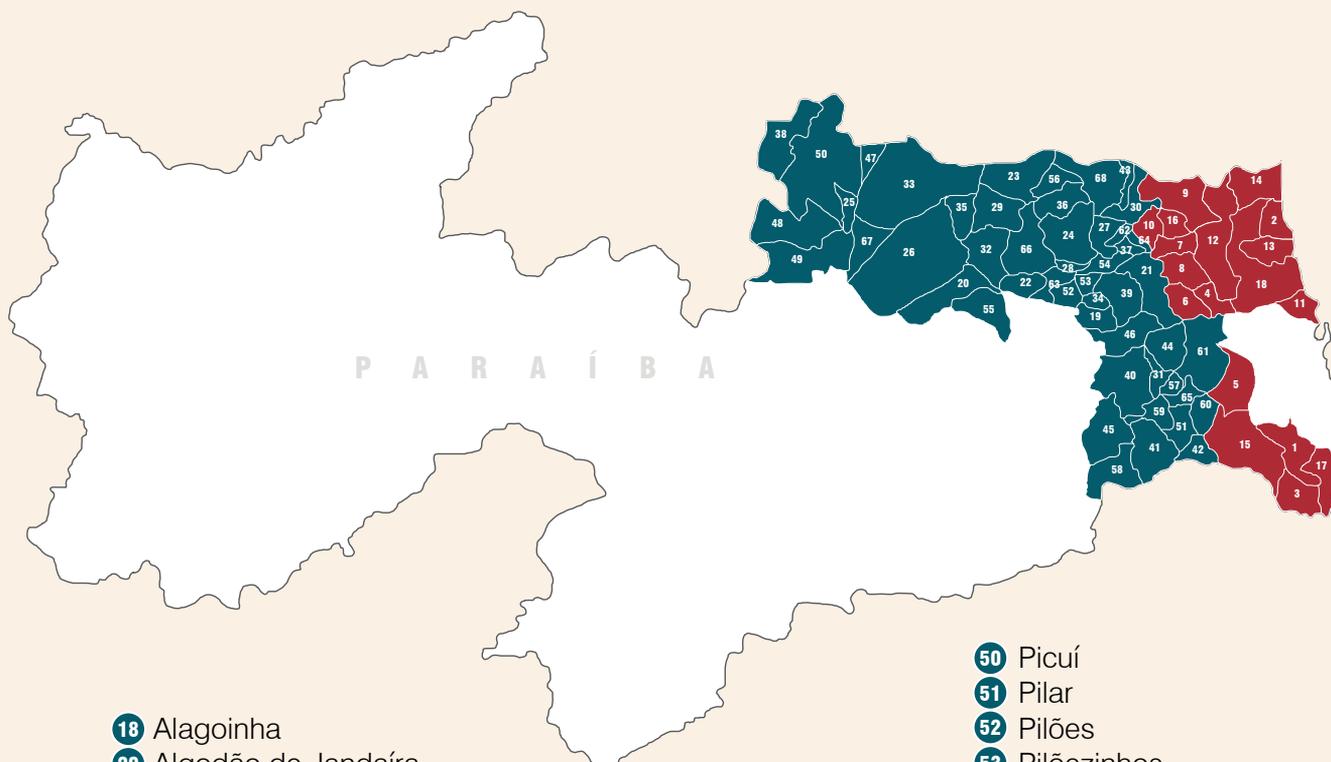


Municípios que já assinaram o acordo de não-persecução penal

- 1 Alhandra
- 2 Baía da Traição
- 3 Caaporã
- 4 Capim
- 5 Cruz do Espírito Santo
- 6 Cuité de Mamanguape

- 7 Curral de Cima
- 8 Itapororoca
- 9 Jacaraú
- 10 Lagoa de Dentro
- 11 Lucena
- 12 Mamanguape

- 13 Marcação
- 14 Mataraca
- 15 Pedras de Fogo
- 16 Pedro Régis
- 17 Pitimbu
- 18 Rio Tinto



- 18 Alagoinha
- 20 Algodão de Jandaíra
- 21 Araçagi
- 22 Arara
- 23 Araruna
- 24 Bananeiras
- 25 Baraúna
- 26 Barra de Santa Rosa
- 27 Belém
- 28 Borborema
- 29 Cacimba de Dentro
- 30 Caiçara
- 31 Caldas Brandão
- 32 Casserengue
- 33 Cuité
- 34 Cuitegi
- 35 Damião

- 36 Dona Inês
- 37 Duas Estradas
- 38 Frei Martinho
- 39 Guarabira
- 40 Gurinhém
- 41 Itabaiana
- 42 Juripiranga
- 43 Logradouro
- 44 Mari
- 45 Mogeiro
- 46 Mulungu
- 47 Nova Floresta
- 48 Nova Palmeira
- 49 Pedra Lavrada

- 50 Picuí
- 51 Pilar
- 52 Pilões
- 53 Pilõezinhos
- 54 Pirpirituba
- 55 Remígio
- 56 Riachão
- 57 Riachão do Poço
- 58 Salgado de São Félix
- 59 São José dos Ramos
- 60 São Miguel de Taipu
- 61 Sapé
- 62 Serra da Raiz
- 63 Serraria
- 64 Sertãozinho
- 65 Sobrado
- 66 Solânea
- 67 Sossego
- 68 Tacima



PLID-PB

PB entra no sistema nacional de busca de desaparecidos

A implantação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos da Paraíba (Plid-PB) foi concluída em maio de 2019. Desde então, o MPPB está apto para receber demandas da sociedade e dos órgãos envolvidos na busca e reconhecimento de pessoas e cadáveres, no Estado. O primeiro passo foi dado no final de 2017, quando a Procuradoria-Geral de Justiça assinou o termo de adesão que possibilitou a utilização do sistema que interliga órgãos do MP de todo o País (o Sinalid). A ideia é atuar, prioritariamente, nos casos em que os mecanismos de buscas locais de desaparecidos não sejam suficientes para solucioná-los.

A comunicação dos parentes de desaparecidos ao Plid não dispensa a comunicação imediata à polícia, que não precisa esperar 24 horas após o desaparecimento e é responsável pela investigação

e diligências imediatas. O Plid não vai substituir nenhum desses órgãos. É para aqueles casos que não foram resolvidos imediatamente, é uma instância a mais para atuar nos casos que realmente as ações do cotidiano não conseguem solucionar, porque são mais complexos.

O Plid vai reunir dados de órgãos distintos e mobilizá-los no processo de localização de pessoas, alimentando um sistema de informações interligado com outros estados do país. O programa vai receber demandas espontâneas da sociedade, assim como também das instituições envolvidas; fazer diligências junto aos órgãos que buscam solucionar os casos de desaparecimento; registrar as situações no sistema nacional interligado; gerar relatórios e estatísticas e prestar atendimento qualificado nas áreas de psicologia e/ou assistência social às famílias das vítimas.



Membros do MP trabalham na implementação do Plid e participam de evento sobre o desaparecimento de crianças



Como vai funcionar



O parente ou responsável pelo desaparecido deve procurar o CAO Cidadania, a Promotoria do Cidadão (na Capital) ou as promotorias de Justiça do interior;



O servidor do MPPB coleta dados pessoais, informações sobre o desaparecimento, documentos e fotografias;



A Promotoria encaminha o material via MPVirtual para o CAO Cidadania;



As informações são colocadas no Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid);



É feito o cruzamento de dados entre os Estados, tentando localizar o desaparecido.

Órgãos envolvidos



O Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid) foi instituído pelo Ato PGJ 024/2018 e coloca o MPPB como articulador e interlocutor das instituições responsáveis pela busca e reconhecimento de pessoas e cadáveres, no Estado, visando solucionar os desaparecimentos. É um esforço para resolver um problema social, que está na agenda pública. O programa também integra as ações do MPPB no combate à criminalidade e de proteção à criança e ao adolescente.

O Plid-MPPB envolve diretamente as procuradorias e promotorias de Justiça e os centros de Apoio Operacional da Cidadania e dos Direitos Fundamentais, da Criança e do Adolescente e Criminal, que são órgãos ministeriais e, também entidades externas, como as secretarias de Estado da Segurança e da Defesa Social, da Mulher e da Diversidade Humana, da Saúde e de Desenvolvimento Humano, além de instituições não-governamentais de abrigo.

Destravado, FDD libera recursos pela primeira vez

Em 2019, o Fundo de Direitos Difusos da Paraíba (FDD-PB) liberou recursos para projetos sociais pela primeira vez desde a sua criação (em 2012). Os primeiros convênios foram assinados em abril de 2019, beneficiando ações da Fundação CDL de Campina Grande e da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Itabaiana (Itamare). A primeira instituição vai usar o dinheiro para ajudar a mudar a vida de crianças e adolescentes da periferia, através do esporte, e a segunda vai gerar mais renda para famílias que vivem da coleta seletiva.

Em 2018, foram inscritos 20 projetos, sendo dois selecionados. No último edital, publicado em fevereiro de 2019, 32 projetos sociais foram inscritos por entidades diversas que pleitearam recursos

para financiamento de ações em diversas áreas (cidadania, infância e juventude, pessoas idosas e com deficiência, meio ambiente, saúde e outras). Nas duas ocasiões, o FDD disponibilizou R\$ 1 milhão para custear ações de iniciativa de instituições e de cidadãos.

Os recursos do FDD devem ser utilizados em prol da sociedade, com ações de reparação, remediação, recuperação, conservação, compensação e preservação. Podem pleitear os recursos membros do Conselho Gestor, órgãos da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, organizações (ONGs, OSs e Oscips) e outras entidades que preencham os requisitos do artigo 5º da Lei Federal 7.347/85 ou, ainda, qualquer cidadão, que queira desenvolver uma ação social.

Mudanças

Para que os projetos fossem aprovados e os recursos liberados, foi necessário destravar o processo, mudando o Regimento Interno do FDD para permitir a aplicação da totalidade dos recursos em todas as áreas sociais. O Conselho Gestor também aprovou a revogação do item 1.6.2 da Resolução 01/12 do FDD, que também restringia a aplicação dos recursos às áreas de origem do dinheiro, determinando, por exemplo, que o valor de uma multa imposta por dano ao consumidor só poderia ser usado na área do consumidor. O Conselho Gestor também aprovou alterações na Lei 8.102/06, corrigindo a grafia da palavra 'danos' e incluindo o artigo 4º que prevê o uso de 30% dos recursos do FDD para o custeio de perícias, capacitação e aparelhamento finalístico do Ministério Público.



“Esse dinheiro caiu do céu. Com ele, podemos ampliar e dobrar a renda dos catadores”

José Marques de Sousa,
presidente da Itamare





Integrantes do FDD em reunião para aprovação das mudanças no regimento e na lei que regem o fundo



“ Com esse recurso, vamos ampliar o projeto para atendermos 100 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ”

Rosália Borges Lucas,
da Fundação CDL

R\$ 2 milhões

ofertados em 2 editais de seleção de projetos sociais, resultando em 52 iniciativas inscritas.

R\$ 190 mil

foi o primeiro valor liberado para projetos sociais, desde que o Fundo foi criado, em 2012. Isso ocorreu após mudanças no regimento e na lei que regem o Fundo de Direitos Difusos.





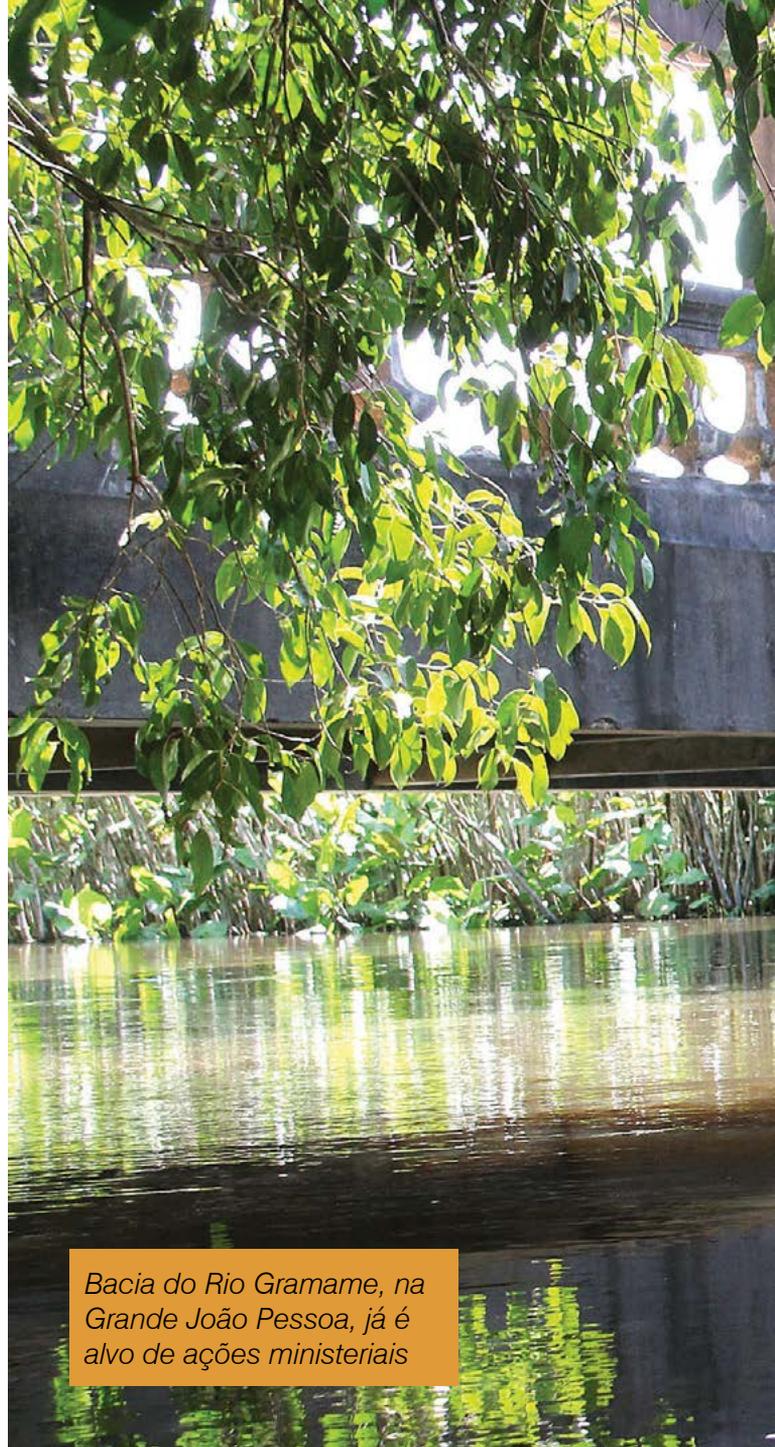
Francisco Seráfico e Raquel Dodge assinam convênio para utilização do programa

ÁGUA PARA O FUTURO

MPPB assina convênio para mapear e proteger nascentes

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) assinou, em março de 2019, o convênio “Água para o Futuro”, com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo é promover a ampliação do uso de um aplicativo que se propõe a mapear e proteger as nascentes de água, em todo o País. A parceria deve se somar às ações existentes no Estado, a exemplo das que são desenvolvidas pelo Fórum Permanente de Proteção do Gramame.

O convênio foi assinado pelo procurador-geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, e pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. O projeto é uma ini-



Bacia do Rio Gramame, na Grande João Pessoa, já é alvo de ações ministeriais

ciativa do MP/MT estendido a outros MPs, através de termo de cooperação com o CNMP que já contava com 20 adesões.

Haverá a disponibilização da plataforma “Água para o Futuro”, de forma a potencializar as ações de preservação das nascentes, respeitadas a unidade, a indivisibilidade, a independência e a autonomia institucionais de cada ramo do Ministério Público brasileiro.



O que será feito

- Mapeamento, caracterização e monitoramento das nascentes;
- Diagnóstico dos impactos ambientais e sensibilização ambiental;
- Interação com a comunidade, mediante disponibilização das informações e ações, via página na Internet e aplicativo para smartphone;
- Proteção e recuperação das nascentes, inclusive por intermédio de parcerias para atividades relacionadas à fiscalização ambiental e à aplicação das medidas administrativas cabíveis;
- Responsabilização criminal e cível dos poluidores.

Fórum do Gramame

O Fórum de Proteção do Gramame, um organismo interinstitucional com a finalidade de verificar possíveis irregularidades na bacia hidrográfica, atua através de procedimentos que tramitam na Promotoria do Meio Ambiente de João Pessoa. É integrado pelo MPPB, MPF e MPT, além de outras instituições ligadas à temática, a

exemplo da Universidade Federal da Paraíba. Um dos produtos dessa parceria foi a pesquisa realizada pela UFPB, entre 2016 e 2018, que apontou uma melhora na qualidade da água das bacias hidrográficas dos rios Gramame e Abiaí, no Litoral Sul da Paraíba, nos últimos anos. Essa situação vem sendo monitorada pelo Fórum.

TRANSPOSIÇÃO

A luta pela segurança hídrica na PB

A atual gestão (biênio 2017-2019) herdou uma grande missão: continuar a luta pela segurança hídrica da Paraíba, monitorando, cobrando e articulando iniciativas para a conclusão das obras de transposição das águas do São Francisco.

Desde 2017, vencida a batalha para a chegada da água na Paraíba, o Ministério Público atua para garantir a execução das obras complementares à transposição, a manutenção e recuperação dos mananciais e cobra a execução do sistema de agricultura irrigada, como consta no projeto.

Tudo começou em 9 de junho de 2016, quando o MPPB criou o Comitê de Gestão da Crise Hídrica na Paraíba, marcando o início de um reforço na sua atuação. Em 8 de março de 2017, a água do Rio São Francisco chegou à Paraíba, pelo município de Monteiro, no eixo Leste, rumo ao Açude de Boqueirão, no Compartimento da Borborema. Mas, a luta não parou.

Nos últimos dois anos, o Ministério Público articulou reuniões entre os vários órgãos envolvidos com o tema (MPF, TCE, Dnocs, Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, Ministério da Integração Nacional, Sudema, ANA, Ibama etc) para discutir soluções aos problemas, como a lentidão das obras no eixo norte e o desvio e a contaminação da água que chega ao Estado pelo eixo leste. Representantes das instituições reafirmaram a parceria com o Ministério Público da Paraíba (MPPB) para a criação de uma comissão de fiscalização permanente, com foco na prevenção de danos e na garantia de segurança hídrica no Estado.



Membros do MP cobram andamento das obras a representantes do Governo Federal



O MPPB tem somado esforços com outros órgãos para garantir o cumprimento do projeto de transposição em sua totalidade



Algumas atividades dos últimos dois anos

29/ABR/2019

O MPPB e o MPF celebram termo de compromisso para garantir o abastecimento de água na Vila Produtiva Rural Lafayette, no município de Monteiro que, após dois anos da chegada da transposição à PB, continuava sem acesso à água para o consumo humano.

28/FEV/2019

Membros do Ministério Público da Paraíba e de mais três estados (Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte) cobram o andamento das obras da transposição em audiência com o representante do Ministério do Desenvolvimento Regional.

04/FEV/2019

Representantes do MPPB e do MPF se reúnem com Dnocs e a empresa responsável pela obra do Açude São Gonçalo, em Sousa, para cobrar cronograma e agilidade, devido ao risco iminente de rompimento da barragem, que integra o eixo norte.





11/JUN/2018

Representantes do MPPB, MPF, Cagepa, Prefeitura de Monteiro, Procuradoria-Geral do Estado e Funasa firmam termo de ajustamento de conduta (TAC) para solucionar problemas de esgotamento em Monteiro, risco de poluição das águas.

16/MAI/2018

Em visita técnica, conduzida pelo MPPB, a empresa responsável pela obra de recuperação do reservatório de Poções, em Monteiro, concorda em fazer duas ensecadeiras no açude, para que não fosse necessário reduzir o volume de água, sugestão proposta pelo MPPB.

04/MAI/2018

O então ministro da Integração Nacional, Antônio de Pádua de Deus Andrade, entrega ao procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico, cópia do contrato e da ordem de serviço relativos à retomada das obras do eixo norte, que estava paralisada.

18/JAN/2018

A situação das obras de transposição do Rio São Francisco e o uso da água pelos paraibanos foram discutidos em reunião com instituições, que reafirmaram a parceria para a criação de uma comissão de fiscalização permanente, com foco na prevenção de danos e na garantia de segurança hídrica no Estado.





Membros do MPPB em lançamento de um dos cinco projetos estratégicos do atual ciclo

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Projetos impactam municípios trazendo ganhos sociais

O Ministério Público da Paraíba tem atuado, de forma estratégica, para garantir que a lei seja cumprida e os direitos garantidos. A Gestão Estratégica é regida pela terceira versão do Mapa Estratégico, lançado para o período de 2017-2021, e pelos objetivos definidos pela instituição. Nos últimos dois anos, foram encerrados três ciclos de projetos que foram gestados pela administração e executados pelos promotores de Justiça de todas as regiões do Estado. Eles estão

resultando em ganhos sociais reais, em vários municípios.

Os projetos foram concebidos pelos coordenadores dos centros de apoio operacional às promotorias, juntamente com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), e apresentados aos promotores para adesão voluntária, de acordo com a necessidade de execução das ações nos municípios onde atuam. O atual ciclo é o segundo a utilizar a regionalização na metodologia, adotada a partir de agosto de 2018.

59%

dos municípios alvos da atuação dos cinco projetos estratégicos foram alcançados no primeiro ciclo.

150

adesões feitas por promotores no Estado para a execução dos cinco projetos no segundo ciclo



Leonardo Quintans, promotor de Justiça, é gestor do projeto IPTU Legal



Visa o aperfeiçoamento da administração tributária, afastando eventual ação negligente dos gestores e dotando esses setores da administração de estruturas técnica, física e de pessoal mínimas.

96% dos municípios-alvos foram alcançados no primeiro ciclo realizado na 5ª microrregião do Estado, no segundo semestre de 2018. Promotores executaram ações em 27 dos 28 municípios da área.

60 adesões foram registradas no 2º ciclo, realizado no primeiro semestre de 2019 e em execução na 4ª microrregião do Estado.



Alley Escorel, promotor de Justiça, é gestor do projeto Família que Acolhe



Promove o levantamento da situação do acolhimento familiar e fomenta a criação do serviço nos municípios paraibanos, conforme determinação legal, em benefício de crianças e adolescentes.

71% dos municípios da 2ª microrregião do Estado tiveram ações do projeto executadas. Foram 35 adesões entre 49 municípios da área.

22 foi o número de adesões no segundo ciclo, iniciado no primeiro semestre deste ano na 1ª microrregião do Estado.



Raniere Dantas, promotor de Justiça, é gestor do projeto Formando Vidas



Elaine Alencar, promotora de Justiça, é gestora do projeto MP por Elas



Promove a redução da mortalidade materna e neonatal na Paraíba, a partir do fomento à assistência médica pré-natal às gestantes e aos neonatais, à implementação do instrumental técnico e à realização de exames clínicos necessários.

33% dos 61 municípios alvos do projeto tiveram ações executadas por promotores durante o 1º ciclo executado na 3ª microrregião do Estado, no segundo semestre de 2018.

31 adesões foram registradas no 2º ciclo em execução nos municípios que formam a 2ª microrregião do Estado, em 2019.



Possibilita a construção do plano municipal e a articulação das redes de atendimento e de proteção à mulher, com o objetivo de criar, por lei, os organismos de política para as mulheres (OPMs): secretarias, coordenadorias ou núcleos.

68% dos 47 municípios (de um total de 60 da região) que ainda não tinham OPMs foram alvos de ações do projeto no 1º ciclo executado na 4ª microrregião do Estado. Foram 28 TACs, três ACPs e um arquivamento devido à criação imediata do OPM pelo município.

21 adesões foram contabilizadas no segundo ciclo iniciado em 2019, nos municípios da 5ª microrregião do Estado, com 75% das atividades desenvolvidas.



Lúcio Mendes, promotor de Justiça, é gestor do projeto Reparação



Reparação
Pelos Direitos Humanos das Vítimas

Promove a restauração do protagonismo da vítima no processo penal e uma cultura organizacional de busca pela reparação dos danos provocados pelo crime.

48% dos 23 municípios da 1ª microrregião foram alcançados pelo projeto durante o primeiro ciclo executado no segundo semestre de 2018. Foram 11 adesões com resultados.

16 adesões foram registradas no segundo ciclo iniciado no primeiro semestre deste ano, na 3ª microrregião da Paraíba.

Outros projetos

Promotoria modelo

741 atividades/operações foram catalogadas para a execução de 64 instruções operacionais padrões (IOPs) definidas pelo projeto que visa implementar a padronização das rotinas e de procedimentos dos servidores, eliminando os retrabalhos, otimizando o tempo e as atividades realizadas. No total, 300 servidores foram capacitados em 17 cursos sobre uniformização das rotinas cartorárias.

MP Uniforme

3.121 procedimentos represados constaram no diagnóstico do projeto executado para fortalecer a atuação ministerial integral e uniforme e a atividade extrajudicial, além de implementar rotinas administrativas padronizadas com vistas à excelência operacional. O projeto criou fluxogramas e rotinas para atender demandas recorrentes identificadas que foram reunidos em um manual disponibilizado aos membros e servidores no portal do site oficial.

Saúde no lugar certo

30% foi o percentual estabelecido pelo projeto Saúde no Lugar Certo para desafogar o Hospital Regional. A iniciativa que organizou a rede de atendimento em Guarabira, acabando com a retenção de macas no hospital e na UPA da cidade através da classificação de risco e contrarreferência dos casos mais simples às Unidades Básicas de Saúde, foi estendida a outros municípios do Estado, como Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Belém, Alagoinha, Araçagi e Cuitegi.



PGJ instalou Núcleo de Gênero do MPPB em abril de 2019

NÚCLEO DE GÊNERO

Novo órgão dá o tom da atuação ministerial pelos direitos das mulheres

O Núcleo Estadual de Gênero do MPPB foi criado para articular, propor e executar políticas institucionais e medidas judiciais e extrajudiciais relacionadas à questão de gênero, objetivando o reconhecimento dos direitos das mulheres, bem como a sua efetiva implementação. Surgiu pela importância das questões de gênero e da necessidade de o Ministério Público responder de forma mais efetiva a elas, definindo uma linha de atuação institucional.

A criação do órgão também faz parte do amadurecimento de algumas situações e discussões com as quais o MPPB se deparou, nos últimos anos. Uma delas foi a mobilização da rede de mulheres no final de 2017, quando um grupo

ocupou a sede do MPPB, pedindo a intermediação do órgão ministerial junto ao Judiciário, Estado e municípios para o enfrentamento das várias formas de violência cometida contra as mulheres paraibanas, com destaque para o feminicídio.

Desde então, houve avanços, como a criação de grupos de trabalho interinstitucionais que discutem a representatividade das mulheres nas instituições e o protocolo para investigar, processar e julgar os crimes de feminicídio tentado e consumado, na Paraíba, com o apoio do CAO Cidadania. Como as questões de gênero exigiam mais fôlego do MP, a Procuradoria-Geral de Justiça determinou a criação do órgão que articularia todas as ações ligadas à temática.

Núcleo
Estadual de
Gênero



Lançamento da campanha "Não é Não, Também no São João"

Três momentos

28/02/2019

Publicado no DOE Ato PGJ 018/2019, que cria o Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público da Paraíba

15/04/2019

Portaria 686 designa os promotores de Justiça, Rosane Maria Araújo e Oliveira, Rogério Rodrigues Lucas de Oliveira, Ismânia do Nascimento Rodrigues Pessoa da Nóbrega e Caroline Freire Monteiro da Franca para compor o Núcleo.

22/04/2019

Portaria 718 designa o procurador de Justiça, Valberto Cosme de Lira como coordenador e o PGJ Francisco Seráfico instala o Núcleo de Gênero, conduzindo a primeira reunião de trabalho.



Membros do MPPB e de outros órgãos participam de treinamento do Formulário Frida

Curso Frida

Em maio de 2019, o Núcleo promoveu uma capacitação em parceria com o Ceaf, o CNMP, Governo Federal e ONU sobre o formulário Frida, ferramenta desenvolvida para avaliar o risco de violência doméstica contra mulheres. O evento foi realizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça e contou com a participação de membros do MPPB, do Judiciário, da Defensoria Pública, das polícias Civil e Militar e de profissionais que integram a rede de atendimento especializado na aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio.

Não é não, também no São João

Em junho de 2019, o Núcleo articulou a campanha "Não é não, também no São João", executada com a Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (Reamcav), para prevenir e coibir crimes de importunação sexual e divulgar a Lei Federal 13.718/2018. Vários órgãos públicos e privados aderiram, além de 14 prefeituras que executaram ações nas festas dos seus municípios. A campanha foi tão bem sucedida que está sendo transformada numa ação permanente.



NÚCLEO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Vários braços para a efetivação da cidadania

O Núcleo de Políticas Públicas (NPP), criado pelo Ato 021/2016, já nasceu com o intuito de, sem interferir na independência funcional dos membros do Ministério Público, funcionar como braços para a efetivação da cidadania. Nos últimos dois anos, o órgão assumiu novos desafios, entre eles o de fazer a interlocução com os movimentos sociais e com gestores responsáveis por políticas voltadas para pessoas em situação de

rua, encarceradas, gestantes e vítimas de tentativas de suicídio e seus familiares.

O Núcleo é um espaço institucional direcionado ao desenvolvimento de estudos, estratégias e iniciativas nacionais afetos ao aprimoramento e unidade da atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais, em coerência com as previsões constitucionais e legais que conferem ao órgão o dever de atuar como agente de transformação positiva da realidade social.



Membros do MPPB em algumas reuniões conduzidas pelo NPP com vários órgãos





NPP - Núcleo de Políticas Públicas

Movimentos Sociais

O NPP também começou, em 2018, a promover encontros com os movimentos sociais com o objetivo de aproximar a instituição da sociedade, de aprofundar a participação social e de dar conhecimento às lideranças dos movimentos e entidades sobre os serviços prestados pelo MPPB na defesa dos direitos e o modo de acessá-los.

Pessoas em Situação de Rua

O GT que discute a situação das pessoas em situação de rua foi criado e pensado ao NPP em 2018 com o objetivo de ser um espaço para discutir as políticas públicas para esse grupo. A primeira necessidade identificada foi de um diagnóstico sobre a população em situação de rua, que está sendo articulado. Também é proposta a revisão do Decreto 33.164/2012, que instituiu a Política Estadual para Inclusão Social da População de Rua, e do comitê que monitora a situação.

Combate à violência obstétrica

No dia 27 de março de 2018, foi realizada a primeira reunião do Fórum Interinstitucional de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica na Paraíba para definir as primeiras ações a serem realizadas pelos órgãos integrantes para incentivar o parto humanizado e sensibilizar profissionais da saúde sobre más condutas e práticas equivocadas que se revelam como atos de violência contra mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período do puerpério.

Comunidades Terapêuticas

O NPP também está atuando na fiscalização das comunidades terapêuticas, em parceria com outros órgãos. A intenção é que sejam assinados termos de cooperação para que seja constituída uma comissão para verificação das internações involuntárias.

Saúde da população encarcerada

O GT sobre Saúde de Pessoas Encarceradas, criado em 2018, pela Promotoria da Saúde de João Pessoa, também faz parte do Núcleo de Políticas Públicas. O objetivo é que os gestores públicos passem a cumprir as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp).

Fiscalização das Ilpis

O Comitê Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis), que já existia antes do NPP, foi absorvido pelo Núcleo e teve suas atividades reforçadas nos últimos meses, com a assinatura de termos de cooperação técnica e operacional com municípios onde funcionam as instituições para a realização de um censo geral da população idosa e do acompanhamento, mês a mês, da situação das Ilpis.

Prevenção ao Suicídio

Em 30 de abril de 2018, a Promotoria de Justiça da Saúde da Capital instalou o GT para debater ações e políticas públicas para prevenção do suicídio, assistência e posvenção, que, mais tarde, foi incorporado ao NPP para ampliar o alcance das ações. O GT vem atuando no sentido de quebrar os tabus que envolvem a temática, com a orientação de que é preciso falar sobre o suicídio para saber agir e prevenir.



O coordenador do Nudetor em fiscalização no Estádio Almeidão

NUDETOR

O objetivo maior é garantir o desporto e a segurança do torcedor

O início da atual gestão foi marcado pela recriação do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor (Nudetor). O órgão é responsável pela verificação dos laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades que fazem vistorias das condições de segurança dos estádios utilizados para competições; por coordenar as atividades relativas à proteção e defesa do torcedor, na forma da Lei Federal nº 10.671/2003

e pela realização do cadastramento das torcidas organizadas.

Nos últimos dois anos, o Nudetor realizou reuniões, celebrou termos de ajustamento de conduta, discutiu ações a serem implementadas nas áreas de segurança, chamou clubes e a Federação Paraibana de Futebol para cumprir o Estatuto do Torcedor, formatando melhorias para garantir a integridade, a saúde e outros direitos da população que vai assistir às partidas.



Membros da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios do Estado da Paraíba

Ato PGJ 035/2017

assinado em 18 de outubro de 2017, recria o Nudetor e estabelece a composição e as atribuições.

22 torcidas

organizadas devem atuar no Estado, segundo expectativa do MPPB. Os dados estão sendo atualizados.

12 em João Pessoa

4 em Campina Grande

4 em Patos

2 em Cajazeiras

Estádios e torcidas

O Nudetor absorveu a Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios do Estado da Paraíba, que acompanha as condições dos equipamentos e cobra dos gestores os laudos de engenharia e acessibilidade, de segurança, de prevenção e combate a incêndios e de condições de higiene e saúde.

O MPPB também integra a mesma comissão em nível nacional e, no último dia 8 de julho de 2019, os membros entregaram ao ministro da Justiça a proposta de criação de um cadastro nacional de todas as torcidas organizadas vinculadas aos clubes brasileiros e de torcedores envolvidos em atos de violência e nos estádios e com facções criminosas e de um protocolo nacional para monitoramento eletrônico eficiente da segurança nos estádios de futebol do país, inclusive para captura de torcedores impedidos e foragidos da Justiça. Em nível estadual, a comissão também busca a atualização do cadastro das torcidas.

2. MPPB

DENÚNCIAS E OPERAÇÕES

- Investigação de agentes públicos
- Inteligência e participação social
- Combate à Corrupção
- Recuperação de ativos
- Controle da atividade policial
- Defesa do consumidor



Investigação plena e persecução judicial de agentes públicos

Em menos de dois anos, a Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa, órgão de assessoramento do procurador-geral de Justiça, protocolou 47 denúncias contra agentes públicos, sendo a maioria contra prefeitos. Entre os crimes apontados estão: abertura de crédito sem autorização; nomeação irregular de servidores; apropriação de bens ou rendas públicas; utilização de rendas ou bens públicos em proveito próprio; aplicação indevida de rendas públicas; dispensa ou inexigibilidade de licitação

sem previsão legal e peculato.

A Ccrimp tem a sua atuação precípua dedicada à investigação plena e à persecução judicial de agentes públicos estaduais e municipais detentores de prerrogativa de foro especial perante o Tribunal de Justiça estadual, por infrações penais relacionadas ao exercício da função ou cargo público e conexas. Além de instaurar os processos judiciais, os membros os acompanham perante o Tribunal de Justiça, providenciando peças processuais múltiplas, inclusive recursos para os tribunais superiores, com a aprovação do procurador-geral de Justiça.



Membros da CCrimp em reunião com o procurador-geral

Membros da CCRIMP



Alcides Orlando de Moura Jansen
1º subprocurador-Geral de Justiça,
presidente



Eduardo de Freitas Torres,
promotor de Justiça,
coordenador



Fabiana Maria Lobo da Silva,
promotora de
Justiça



Geovanna Patricia de Queiroz Rego,
promotora de Justiça



João Benjamim Delgado Neto,
promotor de Justiça



Rodrigo Marques da Nóbrega,
promotor de Justiça



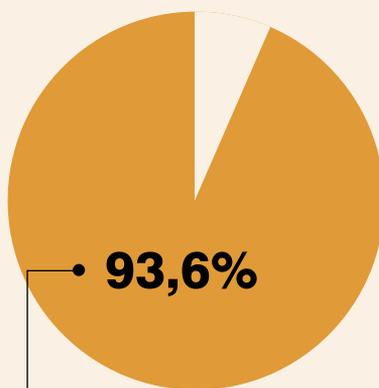
Herbert Vitório Serafim de Carvalho,
promotor de Justiça

Destques

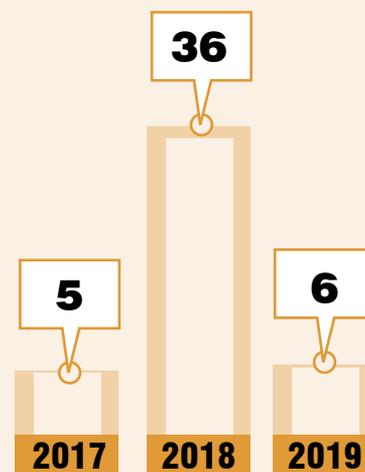
Ato PGJ 013/2019

atualizou o Regimento Interno da Ccrimp, adequando-o aos novos parâmetros normativos editados pelo MPPB nas resoluções CPJ 17 e 18/2018. As alterações também atenderam à recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público, atentando para a taxonomia adotada pelo Ministério Público brasileiro, para a atribuição dos membros e para a tramitação de procedimentos.

47 denúncias



44 contra prefeitos





Entrevista coletiva à imprensa sobre a Operação Xeque-Mate

NGCSI

Gestão do conhecimento e participação social no combate ao crime organizado

O Núcleo de Gestão do Conhecimento e Segurança Institucional (NGCSI), órgão ministerial ligado diretamente ao gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, atuou de forma intensa, nos últimos dois anos. As ferramentas desenvolvidas pelo órgão atraí-

ram a atenção de outros MPs, que quiseram “importá-las”. O MPPB se tornou uma referência, principalmente, quando se fala de ferramentas de análise de dados. O Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) é uma manifestação prática do conhecimento gerado e compartilhado.

5.000

mensagens foram recebidas pelo Gaeco em pouco mais de uma semana, através do aplicativo de mensagens WhatsApp, sendo 2 mil delas relativas a denúncias, que passaram a ser analisadas.

200

pessoas, aproximadamente, foram denunciadas, entre agosto de 2017 e início de julho de 2019, pelo Gaeco, por vários crimes investigados no bojo de várias operações e procedimentos.

30

denúncias oferecidas à Justiça, resultado de investigações e operações realizadas pelo Gaeco, em parceria com outros órgãos ministeriais e com instituições externas.

Resumo das principais operações

Corrupção em Bayeux

**7 FEV
2018**

A operação que prendeu em flagrante o então prefeito de Bayeux, pelo crime de corrupção passiva e peculato, foi realizada em 5 de julho de 2017, mas a investigação continuou desencadeando outras ações e denúncias apresentadas pelo MPPB à Justiça, tanto contra o gestor, quanto contra o seu sucessor, denunciado no dia 7 de fevereiro de 2018, por corrupção passiva e uso do cargo para adquirir vantagem indevida.

Condessa

**6 MAR
2018**

Foi desencadeada pelo Gaeco e GOE e resultou na prisão preventiva da ex-prefeita e de um ex-procurador do Conde. A investigação apurou o envolvimento da ex-gestora em vários crimes, entre eles a desapropriação fraudulenta de terras, no Município. Em julho do mesmo ano, ela e mais 10 pessoas foram denunciadas por promoverem, constituírem e integrarem uma organização criminosa que atuou no município, entre os anos de 2013 e 2016.

Xeque-Mate foi destaque

**3 ABR
2018**

Foram três fases, sendo a primeira desencadeada no dia 3 de abril de 2018 com o objetivo de desarticular organização criminosa integrada por pessoas dos poderes Executivo e Legislativo municipal para desviar recursos públicos, em Cabedelo.

5 denúncias (Xeque-Mate)

**8 MAI
2018**

Vinte e seis pessoas acusadas de integrar uma organização criminosa (Orcrim) são denunciadas, entre elas o ex-prefeito e a primeira-dama, vereadores, radialista, empresário e servidores municipais.

**21 JUN
2018**

Sete integrantes da Orcrim são denunciados pela prática de crimes de corrupção ativa e passiva, relacionada à compra e venda do mandato de Luceninha.

**3 SET
2018**

Oito são denunciados acusados de financiamento de campanha e de promover cartas-renúncia de parlamentares utilizadas para a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal.

**22 MAR
2019**

Doze são alvos da 4ª denúncia oferecida à Justiça, que versa sobre fraudes praticadas em 2014, em processo de licitação.

**30 ABR
2019**

14 denunciados na 5ª denúncia sobre fraudes em licitação, corrupção e desvio de recursos públicos.

Cartola

**9 ABR
2018**

A operação foi deflagrada em 9 de abril de 2018, em parceria com a Delegacia de Defraudações de João Pessoa,



→ revelando uma Orcrim formada por membros da PPF, da Comissão Estadual de Arbitragem da Paraíba (Ceaf), do Tribunal de Justiça Desportiva da Paraíba (TJD/PB) e dirigentes de clubes de futebol profissional do Estado da Paraíba (os cartolas) que, há anos, obtinham diversas vantagens, entre elas a financeira, através de esquema de manipulação de resultados de jogos de futebol.

DDT

**15 MAI
2018**

Em conjunto com a PC-PB foi deflagrada a operação batizada de DDT por ter relação com uma licitação que tinha como objeto a prestação de serviços de dedetização em prédios públicos. A fraude teria contribuído para o desvio e a apropriação dos recursos públicos provenientes desse contrato, causando um prejuízo de mais de R\$ 50 mil aos cofres públicos.

Cidade Luz

**2 AGO
2018**

Em 2 de agosto de 2018 foi deflagrada a operação que revelou um esquema criminoso que desviou mais de R\$ 183 mil dos cofres públicos em propinas pagas a um grupo político e gerou o lucro de R\$ 547 mil a duas empresas prestadoras de serviço de iluminação pública à Prefeitura Municipal de Patos em empenhos, no intervalo de apenas 10 meses. A ação foi conjunta com o MPRN e as polícias Civil e Militar da Paraíba.

Predador

**7 AGO
2019**

A operação foi desencadeada em 7 de agosto de 2018 com o fim de reprimir a pornografia e exploração sexual infantil, em parceria com a 1ª Promotoria Criminal de Bayeux e as polícias Civil e Militar. A investigação apontou um acusado de

utilizar uma rede social para abordar crianças e adolescentes, com o propósito de explorá-las sexualmente.

Black Friday

**19 SET
2018**

Quatro pessoas foram presas em flagrante – entre elas dois agentes penitenciários – e uma foi autuada na operação deflagrada no dia 19 de setembro de 2018, em João Pessoa, em parceria com a Deccor e Seap. Os alvos foram acusados de integrar uma organização criminosa que comercializava aparelhos celulares no PB1.

Hidra

**4 DEZ
2018**

A operação foi desencadeada no dia 4 de dezembro de 2018 em parceria com a PC e Seap e somou-se ao esforço simultâneo de dez Gaecos do MP brasileiro contra integrantes de facções criminosas que atuam no País, inclusive, de dentro de presídios da Paraíba. A operação também incluiu diligências em 15 unidades da federação, contra integrantes do PCC, CV, TCP, ADA, PCV e Okaida RB.

Escribas

**11 DEZ
2018**

A operação foi realizada no dia 11 de dezembro de 2018, para coibir associação criminosa criada para desviar recursos do cartório do 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Santa Rita, município da Grande João Pessoa. A fraude foi identificada em 2.272 contratos e causou um prejuízo de mais de R\$ 1 milhão às instituições que deixaram de receber repasses devidos de taxas e impostos provenientes das negociações.





Calvário

**14 DEZ
2018**

A operação foi desencadeada no dia 14 de dezembro de 2018 para investigar núcleos de uma organização criminosa responsável por desvio de recursos públicos, corrupção, lavagem de dinheiro e peculato, através de contratos firmados junto a unidades de saúde do Estado, com valores chegando a R\$ 1,1 bilhão, possuindo atuação em outras unidades da federação, e exemplo do Rio de Janeiro. Foram três fases e a investigação segue em andamento.

Madeira sem Lei

**17 ABR
2019**

A operação foi deflagrada no dia 17 de abril de 2019 para investigar acusados de dilapidar os cofres públicos, operando no mercado de forma ilegal, burlando as leis tributárias e praticando reiteradamente os crimes desnudados nas investigações. A denúncia foi feita pelos promotores de Justiça dos Crimes Contra a Ordem Tributária e apontou que, entre 2014 e 2015, os denunciados movimentaram mais de R\$ 14 milhões, sonegando mais de R\$ 3 milhões apenas em ICMS.

Cavalo de Tróia

**6 MAI
2019**

A operação foi desencadeada no dia 6 de maio de 2019, no município do Conde, para cumprir mandados de prisão preventiva deferidos pela Justiça contra dois vereadores do Município. A ação investiga membros de casas legislativas de inúmeros municípios paraibanos, que usam interpostas pessoas para desviar recursos públicos. Foi em parceria com a Promotoria de Justiça do Conde e a Deccor.

Papel Timbrado IV

**14 MAI
2019**

A quarta etapa da operação foi deflagrada no dia 14 de maio de 2019 com base em denúncia e pedidos cautelares apresentados pela 2ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Foi apurado que empresários investigados e já denunciados pelo Gaeco, em conluio com o ex-prefeito de Salgado de São Félix/PB e servidores, fraudaram uma licitação e contribuíram para o desvio e a apropriação dos recursos públicos. ●

Promotores de Justiça do Gaeco, Rafael Linhares e Cacimiro Neto, em entrevista coletiva à imprensa





Maratona hacker resultou em ferramentas digitais e projetos de lei

Na onda HackFest

O HackFest tomou uma proporção gigantesca, atraindo milhares de participantes, parceiros e patrocinadores, na sua quarta edição, em agosto de 2018. A iniciativa se transformou numa “onda” inspirando eventos similares Brasil a fora, a exemplo dos Estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Amapá e Rio de Janeiro. O modelo do Hackfest também inspirou o evento que será realizado pela Universidade do Norte, com sede em Barranquilla, na Colômbia, de 27 de agosto a 1 de setembro de 2019. A experiência do Brasil, inclusive, será um dos painéis do evento.

O movimento tecnológico cujo propósito é o combate direto à corrupção, que é uma das principais causas para o desencadeamento da pobreza e da miséria social, reúne estudantes e a sociedade em geral em torno do mesmo objetivo.

A experiência foi tão exitosa que figurou no livro “Judiciário Exponencial – 7 premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema da Justiça”,



como um case de sucesso, em 2018. No mesmo ano, a iniciativa recebeu o ‘Selo Ação Íntegra’, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

Ainda em 2018, o NGCSI passou a participar do Grupo Temático de Transformação Digital do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União (Cecap/TCU), um reconhecimento do trabalho feito.



IV edição em números

4.792 inscritos para palestras e painéis

4.500 m² de área de evento

642 inscrições na maratona de tecnologia e leis

153 pré-inscrições para as oficinas

40 horas de programação na 'Maratona por Mudanças', com 26 equipes participantes

37 instituições apoiadoras

26 palestrantes

18 palestras



6 instituições realizadoras

4 oficinas

4 dias de evento

3 patrocinadores

Os projetos premiados

Trilha da tecnologia

Cadê meu Remédio Identifica medicamentos gratuitos e verifica se estão disponíveis.

Lupa na Toga Mostra e analisa todos os auxílios e diárias recebidas pelos magistrados.

Não Nasci para Ser a Outra Investiga candidatas fantasmas para atender cotas.

Brasirama Mostra o perfil social e demográfico dos cidadãos.

Focaqui Mostra índices de homicídio e de violência contra a mulher por localidade.

Câmara das Deputadas Apresenta leis propostas e aprovadas por mulheres e perfis.

Me Diz Quem Tu És Identifica deputad@s através da análise do discurso.



Trilha das leis

Pra Elas Previne ou resolve os casos de assédio sexual nos transportes públicos.

Estamos de Olho Padroniza equipamentos de segurança em estabelecimentos.

Democracia Digital Democratiza a política de dados abertos.

Abre Aí Garante que o governo adquira sempre software livre e aberto.

Lei do Respeito Mútuo Prevê prestação adequada do serviço público.



FOCCO-PB

Combatendo as práticas e a cultura da corrupção no Estado

A PGJ assumiu a coordenação do Foco-PB em março de 2018, com a determinação de aprimorar a atuação e as ferramentas para combater as práticas e a cultura da corrupção, no Estado, através da união dos órgãos públicos e do controle social.



6 grupos de trabalho criados



Controle interno Um diagnóstico prévio mostrou a inexistência de órgãos de controle interno em quase 60% das 223 prefeituras da Paraíba e identificou fragilidades nos que possuem. Os 10 maiores municípios estão sendo chamados a firmar o 'Pacto para Aperfeiçoamento do Controle Interno' e servirão de modelo para outros.

Precatórios do Fundef Atua verificando a regularidade dos pagamentos e o uso do dinheiro. Foi criado e disponibilizado no site um painel que monitora os pagamentos. É um instrumento para órgãos de controle e para a sociedade, que pode acompanhar como foram gastos os recursos e cobrar a aplicação na educação.

Obras públicas O GT realiza o diagnóstico das obras inacabadas e principais causas de paralisação e atua conjuntamente na fiscalização e orientação dos gestores para o destravamento delas, atuando em três eixos: prevenção, monitoramento e resolução dos problemas identificados.

Integridade Empresarial O objetivo é despertar a necessidade de programas de integridade no setor privado que incentivem boas práticas contra corrupção e fomentar a regulamentação de leis municipais anticorrupção empresarial, compreendendo que a corrupção afeta governos, cidadãos e também empresas.

"Medidas de Combate à Corrupção" A partir de um debate com representante da Transparência Internacional (TI) foi detectada a necessidade de analisar o pacote das 70 medidas propostas e de elencar as que podem ser importadas para a Paraíba, propondo isso aos parlamentares.

Origem dos recursos O GT foi criado para rastrear e identificar a origem de recursos públicos (se os recursos são federais, estaduais ou municipais), a fim de delimitar as competências dos órgãos de controle e orientar a atuação, principalmente, para as áreas de saúde e educação.



Concursos - O primeiro foi o de Redação realizado com alunos de escolas públicas, com 2 mil inscritos. O segundo foi o 3º Concurso de Vídeo '1 Minuto Contra a Corrupção', que premiou cinco trabalhos. Está em andamento, em parceria com a CGU, a etapa estadual do Concurso de Redação e Desenho que vai premiar em 13 categorias.



Focco em Movimento - O evento itinerante foi realizado em dezembro de 2018 na Capital, com a participação de centenas de moradores de João Pessoa, a maioria estudantes e professores de escolas públicas. Membros do Fórum de Combate à Corrupção ouviram e responderam questionamentos da população, incentivando o controle social e o combate à corrupção.



Campanha - Nas eleições de 2018, o Focco sentiu a necessidade de reforçar a importância do voto consciente, através de campanha veiculada nos principais veículos de comunicação do Estado, disponibilizando ferramentas digitais para que os eleitores pesquisassem o histórico de vida de seus candidatos. "A Escolha Certa está em suas mãos" foi a mensagem repercutida.





Em junho de 2018, a Paraíba sediou o Encontro Nacional do Cira

CIRA-PB

Combate à sonegação fiscal ganha reforço com formalização de comitê

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado da Paraíba foi formalizado, por lei, em 2018, permitindo uma atuação mais dinâmica do MPPB e dos órgãos integrantes, no sentido de promover e incentivar a prevenção e a repressão aos crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro e outros delitos conexos, com enfoque na recuperação de ativos.

O comitê já atuava informalmente, sendo formado pelo Ministério Público do Estado (PGJ/MPPB), pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pelas secretarias de Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS) e da Fazenda. A lei deu mais respaldo a cada uma das instituições para cumprir suas atribuições.

Cada órgão, exercendo suas atribuições

com independência, pode propor medidas técnicas, legais e administrativas, visando à recuperação de ativos suprimidos ou reduzidos em decorrência de ilícitos tributários, administrativos e penais.

Além disso, o Cira visa incentivar o desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições envolvidas, respeitando o planejamento de cada uma delas. O comitê também objetiva propor medidas estratégicas e técnicas que visem ao aprimoramento da legislação aplicável, bem como dos mecanismos administrativos, gerenciais e judiciais no âmbito de cada órgão e instituição que o integra.

A atuação do comitê também tem um caráter pedagógico, no sentido de tentar mudar a 'cultura da sonegação', que desvia recursos de áreas essenciais, prejudicando a população.



Integrantes do Cira se reúnem para traçar linha de atuação

Quatro momentos

14/JUN/2019

João Pessoa sedia o 2º Encontro Nacional do Cira que reuniu mais de 200 participantes, entre promotores de Justiça, auditores fiscais, delegados de polícia, juízes de Direito, policiais civis e procuradores de Estado.

13/SET/2018

Publicada a Lei 11.197, que cria o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado da Paraíba, após aprovação na Assembleia Legislativa da Paraíba e sanção do governador.

20/NOV/2018

Primeira reunião, após a publicação da lei que criou o Cira. Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho é escolhido para presidir o comitê, no seu primeiro ano de trabalho, após formalizado. A 1ª promotora de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária, Renata Carvalho da Luz, ficou como secretária-geral.

08/JUL/2019

Publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto 39.292/2019 que regulamenta o Fundo de Investimento Permanente para a Recuperação de Ativos do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (o Fundo Cira).

Números do CIRA

R\$ 80.168.774,15

recuperados pelo Cira aos cofres públicos, entre agosto de 2017 e junho de 2019

184

acordos homologados entre agosto de 2017 até junho de 2019

2

convênios celebrados com as prefeituras de João Pessoa e Campina Grande para o combate mais efetivo aos crimes contra a ordem tributária e a efetivação de uma justiça fiscal, que permita à administração pública dispor dos recursos dos impostos para o investimento em políticas públicas.





Membros do Ncap em reunião com o PGJ e representantes do sistema de segurança

NCAP

Controle para maior efetividade das atividades policiais

O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (Ncap), além das atividades de rotina, atuou em frentes específicas, buscando o aperfeiçoamento das atividades policiais, na Paraíba. Nesse sentido destacam-se duas ações: o fomento à melhoria na qualidade dos laudos periciais do Instituto de

Polícia Científica, com o objetivo de dar subsídio eficaz nas ações ministeriais na confecção da denúncia e de sua atuação no transcorrer do processo penal, e o controle da confecção de boletins de ocorrência realizados nas delegacias de Polícia Civil, com o escopo de verificar a respectiva instauração do competente procedimento policial.



COORDENADOR
José Guilherme Soares Lemos,
promotor de Justiça,



Túlio César Fernandes Neves,
promotor de Justiça



Rhomeika Maria de França Porto,
promotora de Justiça

Ações de destaque

311

Procedimentos instaurados, entre notícias de fato, procedimentos administrativos e preparatórios, inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta.

236

Fiscalizações e visitas técnicas semestrais em todas as delegacias de Polícia Civil, Instituto de Polícia Científica e batalhões da Polícia Militar da Paraíba. Ainda, foram feitas fiscalizações extraordinárias nas delegacias de Cuité e Nova Floresta, Esperança, Areial, Montada e São Sebastião de Lagoa de Roça, em 2018. Além disso, anualmente, são realizadas quatro fiscalizações nos estabelecimentos militares que possuem carceragem, sendo uma anual e três trimestrais.

16

Recomendações expedidas sobre destinação de veículos apreendidos em delegacias, com ou sem procedimento vinculado; cumprimento das leis de arbitramento de fianças pelas autoridades policiais da Paraíba; adoção de medidas para agilização de procedimentos parados em delegacias; proibição de transporte de presos em carrocerias abertas, entre outros.

2017

Notícia de Fato:	40
Procedimento Administrativo:	12
Procedimento Preparatório:	6
Inquérito Civil:	15
Total:	73

2018

Notícia de Fato :	18
Procedimento Administrativo:	21
Procedimento Preparatório:	5
Inquérito Civil:	3
Total:	47

2019

Notícia de Fato :	109
Procedimento Administrativo:	38
Procedimento Preparatório:	24
Inquérito Civil:	19
Termo de Ajustamento de Conduta:	1
Total:	191



Membros do MPPB em entrevista coletiva sobre a Operação Poseidon

MP-PROCON

Prevenção e contenção dos crimes contra o consumidor

O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público da Paraíba (MP-Procon) tem atuado efetivamente, não só no combate aos crimes contra as relações de consumo, mas na orientação da sociedade e na prevenção junto às empresas.

Nos últimos dois anos foram discutidas parcerias com instituições também voltadas à proteção e defesa do consumidor. Um exemplo concreto dessa atuação conjunta foi a 'Operação Poseidon', que resultou na interdição de 17 de fábricas de água adicionadas de sais, em vários municípios da Paraíba, e na responsabilização penal de oito empresas por crime de adulteração de produto voltado ao consu-

mo humano, em novembro de 2018.

As fiscalizações, mesmo as de rotina, e os eventos educativos também mostram o zelo do Ministério Público para com os cidadãos, com destaque para as questões ligadas à acessibilidade de pessoas com deficiência. A saúde de consumidores também é uma preocupação do órgão, que tem buscado soluções junto a supermercadistas e instituições de controle para combater o uso indiscriminado de agrotóxicos em hortifrutis. São atuações diversas, todas visando não simplesmente punição, mas, primeiramente, educar para relações de consumo mais justas e transparentes, para o fim de práticas abusivas e para o respeito ao consumidor.

Alguns destaques

142 fiscalizações realizadas, em parceria com vários órgãos, nos últimos dois anos, em academias, casas de show, postos de combustíveis, revendedores de água mineral, pizzarias, supermercados e padarias.

21 operações, em conjunto com outros órgãos com destaque para:

Poseidon

1,5 milhão de pessoas impactadas pela ação, na Paraíba, residentes em 24 municípios, o equivalente a 39,5% da população paraibana

24 indústrias de água adicionada de sais foram fiscalizadas na Operação Poseidon, realizada pelo MP-Procon, em conjunto com outros órgãos e apoio do CAO do Consumidor.

20 (83%) empresas com irregularidades;

17 interdições;

11 infrações penais;

3 notificações

22 recomendações a empresas e entidades para que cumpram o Código de Defesa do Consumidor, as normas de acessibilidade, entre outros assuntos, destacando a recomendação expedida em junho de 2019 para que distribuidoras e postos de combustíveis repassem aos consumidores a redução nos valores dos combustíveis.

678 procedimentos instaurados para apurar irregularidades nas relações de consumo e cobrar de órgãos e empresas a efetivação dos direitos do consumidor.

10/JUL/2019

MPPB e órgãos do consumidor fiscalizam postos, supermercados e bancos e duas pessoas são presas em Patos.

09/JUL/2019

Dois pessoas são presas em fiscalização de postos, supermercados e bancos em Sousa.

04/JUL/2019

MP-Procon e Procon-PB fiscalizam 12 postos de combustíveis, em João Pessoa; quatro tiveram bicos interditados.

11/JUN/2019

Operação “Consumo Seguro” fiscaliza 9 restaurantes; dois foram interditados e os responsáveis presos.

15/MAI/2019

MP-Procon realiza operação “Água Santa” e prende falso médico naturopata em flagrante, no Conde, comercializando água para cura de doenças.

9/MAI/2019

Ministério Público e parceiros fiscalizam postos de combustíveis e pontos de venda de GLP, em 8 municípios.



25/ABR/2019

MP-Procon e Lacen promovem oficina sobre coleta de amostras a cargo da Vigilância Sanitária.



→ **17/DEZ/2018**

MP-Procon autua cinema em João Pessoa por impedir acesso de 80 crianças e adolescentes à sessão.

5/DEZ/2018

MP-Procon autua parque de diversão em shopping de CG por violação ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC).

28/NOV/2018

MP-Procon recomenda que bancos garantam serviço de saque até no final de semana, em Campina Grande.

9/NOV/2018

'Operação Poseidon' fecha 17 fábricas de água adicionada de sais e prende 8 pessoas por crime de adulteração de produto voltado ao consumo humano.



28/SET/2018

MP-Procon de Campina Grande fiscaliza e autua 16 fábricas de bolo, em um mês, por infringirem normas sanitárias e do consumidor.

30/AGO/2018

Fiscalização coordenada pelo MP-Procon interdita e multa pontos de revenda de GLP, em bairros de João Pessoa.

3/AGO/2018

Fórum de Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos é reativado para formulação de propostas e fiscalização de políticas públicas.



26/JUL/2018

MP-Procon reúne bancos públicos e expede recomendação para a observância das normas de acessibilidades em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

17/JUL/2018

MP-Procon reúne representantes de shoppings e expede recomendação sobre acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

9/JUL/2018

Seminário sobre Combate à Pirataria reúne painéis sobre a atuação do MP, Judiciário e Polícia Federal no enfrentamento aos delitos na área de saúde.

24/MAI/2018

MP-Procon expede recomendação para coibir abusos contra consumidores de combustíveis e outros produtos durante protestos de caminhoneiros.

19/ABR/2018

Concluída fiscalização conjunta em seis clínicas e hospitais, tendo em vista o grande número de irregularidades que acontecem neste segmento de mercado consumidor.

24/NOV/2017

Operação "Black Friday": Hipermercados são autuados por propaganda enganosa, na "Black Friday". Monitoramento anterior dos preços apontou falsa promoção. ●



3. MPPB

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- MP brasileiro
- Parcerias locais
- Manifestações no Pleno
- Recursos da Core
- Entidades representativas
- Participação no CNPG
- Reconhecimento na Enccla





Chefe do MPPB em eventos de assinatura de convênios com presidente do CNMP

COOPERAÇÃO NACIONAL

Acordos viabilizam atuação uniforme e integrada do MP Brasileiro

O Ministério Público da Paraíba foi signatário de acordos que visam à atuação integrada e uniforme do Ministério Público brasileiro. Em dois deles, o mote foi o combate à corrupção, que tem marcado a trajetória do MPPB. Em 4 de dezembro de 2017, nos primeiros meses desta gestão, o procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, assinou o Pacto do Ministério Público Brasileiro contra a Corrupção. O compromisso foi firmado durante o evento #TodosJuntosContraCorrupção, em Brasília, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção (9 de dezembro).

Assinaram o documento, a procuradora-geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, e os PGJs dos estados, que integram o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ). Ainda durante a solenidade, foi criado um comitê permanente e firmado um termo de cooperação com o objetivo de prevenir e reprimir a corrupção eleitoral em 2018. Foi um importante momento de integração entre as diversas instituições do País,

objetivando a atuação conjunta para o combate à corrupção, na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa.

Já em 21 de maio de 2018, a Procuradoria-Geral de Justiça aderiu ao acordo de cooperação que viabiliza ações de controle e de combate à corrupção no País, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Tribunal de Contas da União (TCU). A assinatura aconteceu durante a 1ª Ação Nacional de Enfrentamento à Corrupção, promovida em Brasília pelas comissões de Planejamento Estratégico (CPE) e Especial de Enfrentamento à Corrupção (CEC) do CNMP.

O acordo – assinado pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, e pelo presidente do TCU, Raimundo Carneiro – permite aos membros do Ministério Público o acesso remoto ao Laboratório de Informações de Controle (LabContas), um ambiente tecnológico por meio do qual são disponibilizadas bases de dados da administração pública e diversas ferramentas de análise de dados, que permite a obtenção de informações que possam ser utilizadas na atuação do Ministério Público.



TRE atende pedido do MPPB para o uso de urna eletrônica em eleição dos conselhos tutelares



MPPB e MPF celebram termo de compromisso para garantir abastecimento de água em vila produtiva



Ministério Público e TJPB discutem parceria para compartilhamento de dados e informações para agilizar processos

ATUAÇÃO CONJUNTA

Parcerias locais em defesa do bem social

A administração do Ministério Público da Paraíba compreende que, atuando de forma isolada, cada órgão fica mais limitado, mas que unidos se pode ir mais longe. Por isso, tem privilegiado o diálogo e a cooperação entre as instituições para o fortalecimento das ações em defesa da sociedade e para alcançar resultados mais efetivos.

PARAÍBA - 2019



Membros do MPPB e MPC celebram termo de cooperação

Algumas ações

- Os quatro ramos do Ministério Público na Paraíba (MPF, MPPB, MPC e MPT) celebraram TAC com o governo estadual para regulamentar a contratação de organizações sociais (OSs).

- O projeto “Fim dos Lixões” está sendo possível graças à atuação conjunta do MPPB, MPF, Sudema, Ibama e Famup.

- O Grupo de Atuação Integrado de Segurança das Barragens foi criado pela PGJ com a participação do MPF, do Dnocs, Sudema, Aesa, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Crea.

- Membros do MPPB e do TJPB discutiram o compartilhamento de informações das bases de dados das duas instituições para dar mais celeridade e resolutividade aos processos judiciais.

- As operações com foco no combate à corrupção e nos direitos do consumidor foram realizadas em conjunto com várias instituições como as polícias Federal, Civil e Militar; Secretaria da Receita; Procon Estadual; órgãos ministeriais e outros.

- Na coordenação do Focco-PB, o MPPB conseguiu articular várias ações juntamente com os órgãos integrantes, no combate às várias formas de corrupção.

- Termo de cooperação técnica é firmado entre MPPB e o Ministério Público de Contas na Paraíba (MPC-PB) para compartilhamento de informações e realização de ações conjuntas entre os órgãos.

- Reforçada a parceria com o TCE para atuação na área de prevenção e combate à corrupção na gestão pública, melhorando a produção e divulgação de informações públicas.



Membros do MPPB, MPT e MPF traçam linha de atuação conjunta

- MPPB e TCE estabelecem plano de atuação dos órgãos nas eleições 2018 para coibir práticas ilícitas e melhorar cenário político.

- Ampliação do número de senhas (de 90 para 200) que permitem que membros do MP tenham acesso a relatórios de auditorias em contas públicas do TCE.

- MPPB, MPF e representantes de 17 instituições e serviços de saúde assinam nota técnica que orienta ações de prevenção, assistência e posvenção em situações de suicídio e tentativa.

- Procuradoria-Regional Eleitoral da Paraíba pede participação do MPPB em grupos de trabalho que vão discutir o planejamento e a execução de trabalhos coordenados na área eleitoral.

- GT criado no âmbito do MPPB, com o MPF, acompanha as ações de enfrentamento ao surto epidêmico de esporotricose no Estado e assistência a pacientes.

- MPPB e MPF celebram termo de compromisso para garantir o abastecimento de água na Vila Produtiva Rural Lafayette, no município de Monteiro.

- GT criado pelo MPPB e MPF monitora câncer de mama na Paraíba e atua para expandir e qualificar os serviços fixos de mamografia de rastreamento.

PGJ ajuíza 50 ADIs e 80 manifestações em matéria de constitucionalidade

Durante a atual gestão foi dada especial atenção às leis editadas pelos municípios e pelo Estado que contrariavam as constituições Federal e Estadual e eram, portanto, inconstitucionais. Dos inúmeros procedimentos extrajudiciais movimentados, foram ajuizadas mais de 50 ações diretas de inconstitucionalidade. Foram

cerca de 80 manifestações específicas em matéria constitucional, no Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, nos últimos dois anos. Além da relevante atuação constitucional, foi dada agilidade aos conflitos de atribuição entre membros do MP, garantindo celeridade na solução dos procedimentos de interesse dos cidadãos que aportam no Ministério Público.

Alguns destaques

27/MAR/2019 Concedida medida cautelar na ADI 0802116-25.2018.815.0000, suspendendo os efeitos da Lei Municipal 1.867/2017 que determina a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Identificação Estudantil, em João Pessoa.

24/ABR/2019 Suspensos os efeitos da Lei 725/2017 do Município de Itabaiana, que estabelece critérios para o funcionamento de som automotivo. A decisão proibiu os “paredões de som” na cidade.

07/MAI/2019 MPPB pede primeiro arquivamento de procedimento investigatório criminal (PIC), em função do cumprimento do acordo de não-persecução penal celebrado pela instituição ministerial com o prefeito de Serra Grande.

10/OUT/2018 Oito ações de inconstitucionalidade ajuizadas pelo MPPB são julgadas procedentes. As leis versam sobre diversas matérias, destacando-se a contratação de servidores por tempo determinado.

01/AGO-2018 Deferido pedido de liminar para suspensão do artigo 43 da Lei Complementar Municipal nº 59/2010, do Município de João Pessoa por ferir a isonomia entre os servidores. O órgão entendeu haver inconstitucionalidade.

15/MAR/2018 Julgamento de ADI interposta pelo MPPB declara inconstitucional dispositivo da Lei 4.787/2009 do Município de Campina Grande, por ferir a autonomia e a atuação funcional do Ministério Público.

08/MAR/2018 O MPPB obtém êxito no julgamento de nove ações diretas de inconstitucionalidade, durante a sessão ordinária do Pleno. Seis ADIs são referentes à contratação temporária. O Pleno também acolheu duas denúncias oferecidas.

01/MAR/2018 Acatada ação proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça e declarada, por unanimidade, a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 12.467/13 do Município de João Pessoa, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.



Nos últimos dois anos, a PGJ fez, aproximadamente, 80 manifestações em processos de constitucionalidade



Integrantes da Core com o PGJ e outros membros do Ministério Público

CORE

91% dos recursos apresentados pelo MPPB são acatados pela Justiça

A Coordenadoria Recursal (Core) teve acolhidos 91% dos seus pareceres em processos julgados em 2018 e 2019 na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). Foram 1.842 processos apreciados na 2ª instância, entre janeiro e abril de 2019, e, em 1.686 deles, os recursos ministeriais foram acatados. Já em 2018, a Câmara Criminal julgou 4.795 processos e em 4.378 (91,3%), seguiu os pareceres do MPPB.

O Tribunal de Justiça vem acolhendo os pareceres do Ministério Público e já houve até 100% de acolhimento. O resultado mostra que o trabalho dos promotores e procuradores de Justiça está sendo pautado em argumentos fortes e legais, que fortalecem os direitos e beneficiam a população,

porque são processos em defesa da sociedade.

Quando o Judiciário acata os recursos do Ministério Público há também um fortalecimento do combate à criminalidade e a promoção do direito à segurança pública no Estado.

Além do acompanhamento dos processos iniciados pelos promotores de Justiça no 1º grau, em que houve interposição de recurso, a Core também tem incrementado a defesa das teses em favor da sociedade junto aos tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça, nos eventuais casos em que os julgados não são acolhidos pelo TJPB.

A Core foi criada em 2010 pela Lei Orgânica do Ministério Público (artigo 74 da Lei Complementar 97/2010) para atuar na segunda instância, assessorando e apoiando os procuradores de Justi-



→ çã na interposiçãõ de recursos. O òrgãõ foi instalado por ato do procurador-geral de Justiçã e teve seu funcionamento disciplinado e organizado pela Resoluçãõ do Colégio de Procuradores de Justiçã de nùmero 7/2012.

A Core tem como objetivo fazer o acompanhamento de questões especiais, assim consideradas as decorrentes de solicitaçãõ fundamentada do promotor de Justiçã ou do procurador-geral de Justiçã ou reconhecidas motivadamente pela pròpria coordenadoria, promovendo o necessãrio intercãmbio entre promotores e procuradores de Justiçã responsãveis, mediante a anuênciã deles. •



Membros da Core em reuniãõ com o procurador-geral

Estrutura da Core



Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo,
procuradora de Justiçã



Adriana de França Campos,
promotora de Justiçã



Leonardo Fernandes Furtado,
promotor de Justiçã

Julgamentos na Câmara Criminal

6.637

processos

6.064

em harmonia
com o MPPB

573

em desacordo
com o MPPB





Membros integrantes da atual diretoria da Associação Paraibana do Ministério Público

ENTIDADES REPRESENTATIVAS

O diálogo para uma gestão mais forte e eficiente

A administração do MPPB procurou manter o diálogo claro e direto com as entidades representativas dos membros (APMP) e dos servidores (ASMP e Simdsemp), que foram parceiras em várias oportunidades nas quais havia interesse público e institucional.

A APMP e a ASMP apoiaram eventos promovidos pelo órgão ministerial, como a 1ª Semana do MPPB, que contou com palestras, concursos, audiência pública e show de talentos; o 4º Congresso Estadual do Ministério Público; o IV Hack-

Fest e outros projetos do cotidiano.

As entidades representativas também participaram das discussões relativas à reorganização dos quadros de membros e de servidores da instituição. Projetos que afetam diretamente a rotina dos representados também foram construídos conjuntamente, a exemplo da implantação do regime de teletrabalho.

Enfim, a parceria não inviabilizou as cobranças das entidades em benefício das categorias e o diálogo entre os órgãos foi determinante para muitos sucessos obtidos.



ACIMA, procurador-geral recebe integrantes da ASMP

À ESQUERDA, o então presidente da APMP, Bergson Formiga, fala em nome dos membros no Congresso Estadual do MPPB

À DIREITA, o atual presidente da APMP, Márcio Gondim, em uma das suas participações nas reuniões dos colegas

ABAIXO, em 2018, PGJ entrega ao então presidente da ALPB o projeto de Lei 03/2018 (reajuste salarial dos cargos efetivos e comissionados do quadro de serviços auxiliares) aprovado pelo CPJ





Francisco Seráfico em reuniões do colegiado onde são discutidos assuntos de interesse da instituição e da sociedade

NO CNPG

Participando de decisões em âmbito nacional

A Procuradoria-Geral de Justiça participou de várias discussões e decisões no âmbito nacional no Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da

União (CNPG). Algumas afetaram diretamente o Ministério Público e a sociedade, pela sua importância em relação ao combate ao crime e à corrupção. O colegiado emitiu notas técnicas e públicas e deu contribuições para melhoria da legislação do País.

Algumas ações

18/JUL/2019 CNPG emite nota pública sobre decisão que suspende investigações baseadas em RIFs do Coaf.

25/JUN/2019 CPJ aprova envio de nota pública sobre os prejuízos do PL 27/2017 a congressistas paraibanos.

24/JUN/2019 CNPG e Frentas se unem contra PLC que pretende ressuscitar “Lei da Mordada”.

07/MAI/2019 CNPG se posiciona em defesa da educação e contra o contingenciamento de verbas da educação pública.

19/ABR/2019 CNPG emite nota pública sobre inquérito do STF que investiga fake news sobre ministros.

29/MAR/2019 CNPG repudia publicamente

comemorações do golpe militar de 64.

09/OUT/2018 CNPG aprova proposta de criação do grupo nacional dos coordenadores de CAO Criminal.

20/SET/2018 CNPG decide encaminhar sugestões ao Governo Federal sobre Plano Nacional de Segurança.

19/ABR/2018 CNPG aprova proposta para aprimoramento da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92)

01/MAR/2018 CNPG apresenta 40 propostas para melhorar legislação que combate o crime organizado.

19/FEV/2018 CNPG institui comissão que vai elaborar propostas para combate à criminalidade no país.



plenária da Enccla, em dezembro de 2017, quando o MPPB foi homenageado

ESTRATÉGIA NACIONAL

Trabalho ganha selo e reconhecimento da Enccla

A 15ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foi encerrada em 23 de novembro de 2017, em Campina Grande, com homenagens a cinco instituições que se destacaram pela dedicação, contribuição e comprometimento para o combate aos crimes no País. O MPPB estava entre elas e foi representado pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho.

No mesmo ano, o Hackfest, idealizado pelo Núcleo de Gestão do Conhecimento do Ministé-

rio Público da Paraíba, também recebeu o Selo Pró-Íntegro 2018, do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, da Enccla. A entrega da certificação ocorreu durante o evento na Procuradoria-Geral da República, em Brasília, no dia 4 de dezembro de 2017. O selo foi recebido pelo coordenador do NGCSI, o promotor de Justiça Octávio Paulo Neto. A Enccla reconheceu as iniciativas de prevenção à corrupção mais bem avaliadas, classificadas com pontuação acima de 90% pela banca examinadora do chamamento público realizado por meio do Edital nº 1/2017.

2018

XV Reunião Plenária

20 a 24 de novembro de 2017
Campina Grande - PB



Pelo trabalho do MPPB: procurador-geral recebe homenagem e coordenador do NGCSI recebe Selo Pró-Íntegro da Enccla



PARAÍBA - 2019

4. MPPB

APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS

- Cidadania, Direitos Fundamentais, Cíveis e de Família
- Criança e Adolescente e Educação
- Criminal
- Saúde, Meio Ambiente e Consumidor
- Patrimônio Público, Fundações e Terceiro Setor





2º subprocurador-geral e coordenadora do CAO Cidadania em interlocução com outras instituições

CIDADANIA, DIREITOS FUNDAMENTAIS, CÍVEIS E DE FAMÍLIA

Buscando inclusão, respeito e igualdade social

Os centros de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis e de Família e de Cidadania e Direitos Fundamentais desenvolveram e deram continuidade a ações e projetos importantes para o auxílio à atividade-fim e em benefício da sociedade. Uma das primeiras medidas tomadas pelo CAO foi a implementação de ações para reduzir o passivo de procedimentos do Nupar-JP e divulgar o serviço em todo o Estado. Além da formatação e gestão do projeto estratégico MP por Elas (mostrado em outra seção deste relatório), também foram criados projetos de grupos reflexivos e operativos para homens e mulheres, com o objetivo de romper o ciclo da violência doméstica. A representatividade das mulheres nas instituições também é uma construção que o CAO abraçou.

PARAÍBA - 2019



Alguns destaques

Florescer Mulheres

3 grupos foram promovidos em parceria com o Unipê para a realização de oficinas com mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, dentro do Projeto Florescer Mulheres. A autoestima é trabalhada e são indicados caminhos para que o ciclo da violência seja interrompido. A experiência-piloto foi concluída em abril de 2019, com a participação de oito mulheres.

Fórum da Mulher

10 instituições integram o Fórum Interinstitucional da Mulher e da Diversidade Humana, instalado em março de 2019, com o objetivo de promover a integração e a reflexão acerca da representatividade da mulher e da diversidade humana feminina, em cargos de decisão, chefia e assessoria e discutir políticas estratégicas de enfrentamento às desigualdades constatadas nas posições de poder político e decisório nas instituições.

Nupar

47,9% foi o percentual de redução do passivo processual do Nupar – Núcleo de Paternidade de João Pessoa, saindo de 1.379 procedimentos ativos em setembro/2017 para 718 em maio/2018. Outras ações:

- Agendamento online de exames de DNA pelos promotores de Justiça junto ao CAO, dando agilidade e permitindo o monitoramento remoto. Foram realizados 433 exames de janeiro/2018 a julho/2019.
- Edição de portarias definindo prazos para cumprimento de atos pelos servidores e orientando quanto à guarda de laudos de DNA arquivados sem ciência dos interessados.
- Certidão na Mão foi um esforço feito em 2017 para entregar certidões de

nascimento às mães ou responsáveis de crianças e adolescentes que tiveram a paternidade reconhecida, voltado à resolução do acúmulo de 281 feitos.

- Uniformização: Dessa ação resultou o impulsionamento de 121 procedimentos, dos quais 90 foram arquivados e a elaboração e publicação do fluxo de rotina de trabalho dos feitos relativos ao Nupar, que foi disponibilizado na Extranet.

Refletir

59 homens processados com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) participaram de seis grupos reflexivos. O Projeto Refletir foi idealizado pelo CAO Cidadania e executado por promotores de Justiça em três cidades: João Pessoa, Campina Grande e Patos. O objetivo é evitar a reincidência da violência contra mulheres, sendo também um benefício observado na aplicação da pena.

Recomendação sobre o BPC

60% das promotorias acolheram a sugestão do CAO e encaminharam recomendação aos prefeitos para que viabilizassem a inscrição ou atualização dos dados de mais de 50 mil paraibanos idosos e com deficiência que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Denúncias

160 demandas foram recebidas do Disque 100 e Disque 123 e encaminhadas às promotorias responsáveis.

Outros

O CAO emitiu duas notas técnicas no período (uma relacionada ao Nupar e outra sugerindo um roteiro de atuação em casos de liberação de cadáver) e deu apoio à Promotoria de Justiça de Família de CG na execução do Projeto Presente, que combate a alienação parental.



CRIANÇA E ADOLESCENTE E EDUCAÇÃO

Fortalecendo o sistema de garantia de direitos

O Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente e da Educação desenvolveu, nos últimos dois anos, diversas ações e projetos, com destaque para o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da infância e adolescência, através do trabalho com os conselhos tutelares, da implantação do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e da fiscalização do transporte escolar. O CAO também é responsável pela gestão do projeto estratégico “Família que Acolhe”, mostrado em outra seção deste relatório, que, até agora, já propiciou a publicação de 24 leis municipais criando serviços de acolhimento de crianças e adolescentes em famílias acolhedoras.

Alguns destaques

Transporte escolar, a alegria de ir e vir

2.465 veículos escolares foram vistoriados em 443 inspeções em municípios da Paraíba, sendo 1.019 aprovados e 1.446 reprovados. As informações foram enviadas aos promotores de Justiça para providências. A ação faz parte de projeto permanente coordenado pelo CAO da Educação.

Na Escola com Respeito

226 representantes de 151 unidades educacionais em 13 municípios do Estado participaram de capacitações sobre mediação de conflitos e práticas restaurativas dentro do projeto permanente “Na Escola com Respeito”.

Eleições eletrônicas

43% do eleitorado paraibano dos 10 maiores municípios do Estado deverão escolher seus conselheiros tutelares através do voto eletrônico, pela primeira vez, em 2019. As urnas eletrônicas foram disponibilizadas pelo TRE, depois da interlocução do CAO e PGJ. O projeto-piloto será realizado em João Pessoa, Santa Rita, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande, Guarabira, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras. Foram remetidos kits aos promotores sobre o assunto.

Formações promovidas

28 municípios tiveram representantes capacitados em formações itinerantes para conselheiros tutelares e outros integrantes do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, como Cras e CMDCA, com vista ao fortalecimento da rede, nos últimos dois anos. Foram 183 representantes capacitados, inclusive mediante exposição e distribuição de modelos práticos.

Implantação do Sinase

11 reuniões ampliadas para monitoramento e acompanhamento do cumprimento de medidas socioeducativas, em meios aberto e fechado, na Paraíba e no Município de João Pessoa, buscando identificar e sanar irregularidades no sistema, com a participação de diversos representantes governamentais e da sociedade civil organizada. Adicionalmente, foi remetido o “Kit Sinase” às promotorias de Justiça solicitantes.



Escuta especializada

O CAO Criança fez um esforço para a implementação da Lei 13.431/2017 na Paraíba, que estabelece que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial. Foi realizado o II Workshop; encaminhado material a todos os membros do MPPB e disponibilizado kit com diversos modelos pertinentes à aplicação da lei. Está em discussão a formalização de um termo de compromisso envolvendo o MPPB, o TJPB e a Secretaria da Segurança e da Defesa Social do Estado. O CAO passou a integrar o GT de acompanhamento do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência junto à Comissão da Infância e Juventude do CNMP.

Fiscalização de estabelecimentos

O CAO Educação contribui na fiscalização de bares, casas de espetáculos e promoções dançantes abertos ao público em geral, shows, boates, danceterias e congêneres, no intuito de assegurar o cumprimento da Portaria Regional Conjunta 001/2015, firmada pelos juízes de Direito da Infância e da Juventude e pelos promotores de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente das comarcas de João Pessoa, Cabedelo e Lucena. O documento versa sobre a proibição da entrada de menores de 18 anos de idade desacompanhados dos pais ou responsável em eventos. Versa ainda sobre a proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas por criança e adolescente.

Fiscalizações/visitas

2017 (a partir de 30/08):	27
2018	776
2019 (até 31/07):	277

Disque 100 e Disque 123

Encaminhamento de denúncias

2017 (a partir de 30/08)	70
2018	295
2019 (até 31/07)	189

Atividades institucionais

150 solicitações e consultas/pareceres atendidos.

127 participações em eventos, audiências, reuniões e formações promovidas pelo MPPB e por outras instituições.

24 encaminhamentos de materiais/expedientes a todos os membros com atuação na área.



Programa de proteção a ameaçados

No âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), o CAO contribui na identificação de ameaças e adoção das providências pertinentes em favor das crianças e adolescentes ameaçados de morte. Foi criada comissão no âmbito do MPPB.

Atendimentos/encaminhamentos

2017 (a partir de 30/08)	09
2018	249
2019 (até 31/07)	178

Cadastro de crianças acolhidas

Foi firmado convênio com o MPRJ, objetivando a cooperação na área da tecnologia da informação para a cessão gratuita do direito de utilização do programa de computador intitulado Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), no intuito de tornar efetivo o direito fundamental à convivência familiar das crianças e dos adolescentes abrigados. O sistema está sendo estudado pela Ditec, para subsequente implementação.



Evento realizado pelo CAOCrim e Ceaf para debater sobre acordo de não-persecução penal



CRIMINAL

Construir uma política criminal eficaz e mais humanizada

Além da elaboração do projeto estratégico “Reparação – Pelos Direitos Humanos das Vítimas” (tratado em outra seção deste relatório), o Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais desenvolveu outras ações que contribuíram e apoiaram a atuação dos membros na atividade-fim.

Junto à Diretoria de Tecnologia da Informação foram pensados e elaborados sistemas para melhorar o trabalho ministerial. Um dos destaques da área foi a mudança na tramitação dos inquéritos policiais, pelo MPVirtual, a partir da recomendação da Corregedoria-Geral. O CAOCrim ofereceu assistência aos promotores para lidar com a nova ferramenta.

Alguns destaques

29/MAI/2019

Realização, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), do I Encontro Estadual dos Promotores do Júri, com a presença de 33 membros, quatro servidores e 20 assessores. Houve exposições e debates sobre prova pericial para crimes dolosos, dinâmica e oratória no plenário e atuação em casos de feminicídios. Membros do MPPB ainda relataram casos emblemáticos e lições aprendidas nos tribunais de julgamento popular. O evento foi quase todo realizado com “a prata da casa”. Dos oito expositores e coordenadores das mesas, sete eram do MPPB.

20/ABR/2018

Realização, em parceria com o Instituto de Polícia Civil (IPC), de um curso de perícia criminal, para membros e assessores do MPPB, objetivando estreitar os laços entre o órgão ministerial e o IPC. Foram ministradas sete palestras pelos peritos do IPC, tendo sido certificados 22 membros e 25 assessores do MPPB.

07/DEZ/2018

Realização, em parceria com o Ceaf, de um curso sobre acordo de não-persecução penal, com a presença do promotor de São Paulo, Rogério Sanches, para membros e assessores do MPPB, objetivando esclarecer dúvidas acerca do citado instituto criminal, bem como viabilizar sua propositura por mais membros. Participaram do curso 51 membros, 17 servidores e 65 assessores.

Material de apoio

Produção de material de apoio para a atuação funcional dos membros da área criminal, como: tutorial de audiência de custódia, nota técnica sobre o acordo de não-persecução penal e nota técnica sobre reparação de danos provocados por crimes, bem como de modelos de peças processuais, a exemplo da minuta de correição parcial contra atos processuais criminais praticados sem a presença do Ministério Público.

Ranking das delegacias

O desenvolvimento da funcionalidade, em parceria com a Ditec permite a visualização do tempo de tramitação dos inquéritos policiais em cada delegacia do Estado. O objetivo é contribuir para que os membros do Ministério Público exerçam o controle da atividade policial, que é uma de suas atribuições.

Júri Radar

O desenvolvimento do sistema visa criar um banco de dados sobre os julgamentos dos tribunais do júri de todo o Estado, gerando informações, fichas e dados sobre: sessões de julgamento, condenações por promotorias e membros, réus, tempo de julgamento, influência do gênero na condenação, teses das defesas, dentre outros.

Força-tarefa contra crimes sexuais

O CAOCrim aderiu à força-tarefa deflagrada pelo MP de Goiás para investigar denúncias de crimes sexuais supostamente praticados pelo médium João de Deus, disponibilizando um canal (e-mail) para que possíveis vítimas pudessem encaminhar relatos e orientando-as para que também pudessem procurar a Promotoria mais próxima. O alerta foi divulgado nas redes sociais da instituição e nos principais veículos de comunicação do Estado. De dezembro de 2018 a meados de 2019, não houve registro de crimes no Estado.



Membros do MP e de órgãos parceiros discutem ações em defesa do meio ambiente

MEIO AMBIENTE, SAÚDE E CONSUMIDOR

Por uma sociedade mais justa e equilibrada

O Centro de apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente, da Saúde e do Consumidor atuou na linha de frente da elaboração e execução do projeto “Fim dos Lixões” — realizando contatos e reuniões com os gestores, trabalhadores em materiais recicláveis e representantes dos municípios que as-

sinaram os acordos para fechamento de lixões e pediram o apoio do Ministério Público — e também na gestão do projeto estratégico “Formando Vidas” (ambos os projetos estão sendo mostrados em outras partes deste relatório). Paralelamente, foram realizadas ações em auxílio aos membros da atividade-fim nas três áreas de atuação do CAO.

9 áreas de Mata Atlântica na PB, que somam, aproximadamente, 100 ha de área fiscalizada, foram alvos de uma operação nacional, com o apoio do CAO, para identificar desmatamentos, punir os responsáveis e cobrar a reparação dos danos.

2 hospitais psiquiátricos integraram unidades do Brasil fiscalizadas pela Comissão Extraordinária de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com a participação de integrantes do MPPB e apoio do CAO.

2 frentes foram criadas para combater o uso abusivo de agrotóxicos. Entendimentos têm sido feitos para custeio de análises permanentes e para identificação da origem dos alimentos que são vendidos no Estado. A ação tem apoio do CAO.

Alguns destaques



O CAO acompanhou e apoiou atividades importantes do MP-Procon

Fiscalização em postos de saúde

O projeto busca disponibilizar material e realizar capacitações para que os próprios servidores do MPPB realizem as fiscalizações em unidades da saúde básica, inclusive, atuando em inspeções conjuntas com o CRM, Coren e CRO. Deve ser disponibilizado para execução pelos membros no segundo semestre de 2019.

Notas técnicas

CONSUMIDOR

NT 01/2018 - Sugestão de atuação para coibir desastres em casas de show e assemelhadas.

MEIO AMBIENTE

NT 01/2018 - Sugestão de atuação em face dos autos de infração enviados pela Sudema em que há a menção a infrações administrativas aplicadas a estabelecimentos sem a licença ambiental.

NT 02/2018 - Versa sobre a poluição sonora e as responsabilidades nas esferas administrativa, civil e criminal.

SAÚDE

NT 01/2018 - Material orienta sobre o fornecimento do medicamento Canabidiol para tratamentos de saúde.

NT 02/2017 - Versa sobre a atuação do Ministério Público nas demandas envolvendo medicamentos, face à suspensão dos processos determinada no recurso especial 1.657.156/RJ.

Minicurso MP e Atuação Integrada

As experiências exitosas foram o foco do minicurso, que teve como objetivo preparar para a resolução dos problemas na área ambiental. Foi ministrado por Luciano Furtado Loubet, promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. O evento foi realizado no dia 16 de março de 2018 no auditório do MPPB.



PATRIMÔNIO PÚBLICO, FUNDAÇÕES E TERCEIRO SETOR

Estimulando a profissionalização da gestão pública e o controle social

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público, Fundações e Terceiro Setor realizou uma série de ações e projetos que visam à profissionalização da gestão pública, principalmente, nos municípios paraibanos. O trabalho foi desenvolvido em quatro eixos: na formação das procuradorias, na formação das contadorias, no fortalecimento do controle interno e na regularização da administração tributária.

Além disso, o CAO desenvolveu o projeto es-

tratístico IPTU Legal, teve atuação direta no Focco-PB (em grupos de trabalho e na coordenação estadual do órgão) e atuou na criação da lei que determina a transmissão ao vivo das sessões de licitações nos órgãos estaduais (assuntos que estão descritos em outras seções deste relatório).

O Centro de Apoio também produziu e enviou material para auxiliar a atuação funcional dos membros da área do patrimônio público, como relatórios, manifestações, notas técnicas, recomendações e modelos de peças processuais, disponibilizando-o no ambiente extranet.

Alguns destaques

Contratação irregular de advogados e contadores

A atuação do CAO e de promotores de Justiça resultaram em 192 TACs celebrados em 88 municípios (prefeituras e câmaras de vereadores), até meados de agosto de 2019, prevendo, nesses acordos, a formação de procuradorias e contadorias com servidores efetivos e a realização de concursos públicos. O próprio PGJ fez sustentação oral na tribuna do CNMP, defendendo a atuação ministerial nesse caso.



Seráphico defende atuação do MPPB para profissionalização da gestão pública

Projeto Acumulação Legal

O projeto foi desenvolvido em parceria com o TCE/PB, que disponibilizou dados sobre possíveis acumulações ilícitas de vínculos públicos, bem como com a Seplag e a Ccimp, que conjuntamente com o CAO analisaram os dados. A redução dos casos de acúmulo irregular de vínculos públicos no 1º ciclo do projeto foi de 50% e envolveu 211 servidores que acumulavam 1.017 vínculos (mais de três, cada um) em 70 municípios, tratados por 49 promotorias de Justiça. O 2º ciclo está em andamento em 28 promotorias, com a investigação de 500 vínculos.



Audiência com educadores para tratar sobre a aplicação dos precatórios do Fundef, projeto realizado junto ao Focco

TAC em improbidade administrativa

Foi feita a promoção da regulamentação do tema na instituição, a realização de curso e o CAO prestou apoio aos promotores para implementação da ferramenta, com a participação da coordenador do centro em audiências em todo o Estado.

Acórdãos do TCE

Foram disponibilizados nota técnica, roteiro de atuação e fluxograma, além da minuta das ações de improbidade correspondentes.

Fiscalização das fundações

O CAO disponibilizou nota técnica, roteiro de atuação e fluxograma, além da minuta de todas as peças necessárias à atuação dos membros do MP, nessa área.

Cursos e capacitações

Foram realizados diversos cursos, em parceria com o Ceaf, sempre com enfoque prático, além da oferta de treinamentos fora do Estado mediante sorteio de vagas. Entre os eventos locais se destacam os cursos: Fraude à Licitação – duas edições -, Lei Anticorrupção Empresarial e Compliance, TAC em Improbidade, O Papel do CNMP no Combate à Corrupção e Capacitação sobre o Sistema Tramita do TCE.

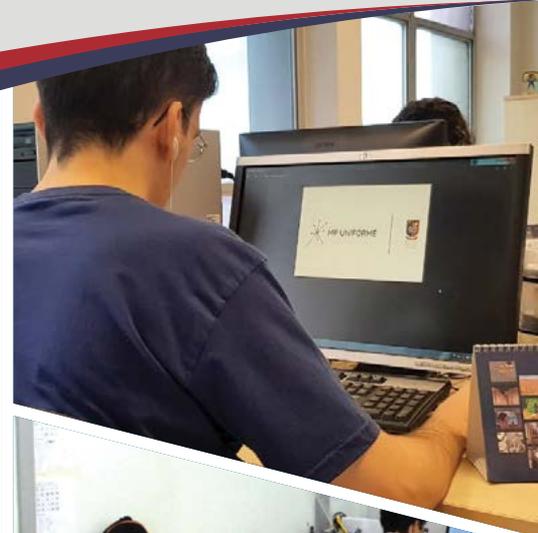
Promotor coordenador do CAO

Leonardo Quintans

5. MPPB

GESTÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- Novo quadro de membros
- Concurso para promotor
- Reorganização de cargos e nomeação de servidores
- Implantação do teletrabalho
- Central de diligências
- Apoio técnico
- Uniformização de procedimentos
- Recomposição do orçamento





Encontro Regional de Patos, um dos três eventos (junto aos de CG e João Pessoa) nos quais foram iniciadas as discussões com a classe sobre as mudanças do quadro



NOVO QUADRO DE MEMBROS

Reengenharia institucional para equalizar e otimizar o trabalho

Tudo começou com os encontros regionais em Patos, Campina Grande e João Pessoa, durante os quais os membros da administração pararam para ouvir os colegas e colheram informações que embasaram a reforma do quadro, que entrou em vigor em janeiro de 2019. As sugestões se transformaram em um estudo feito por uma comissão de-

signada especialmente para isso. O estudo norteou dois projetos de lei visando reestruturar, dinamizar e otimizar o trabalho da instituição, que modificou a Lei Orgânica do MP (Lomp) e que definiu o novo quadro dos cargos efetivos da carreira do MPPB. A reengenharia institucional também gerou a Resolução 021/2018, que dispõe sobre as atribuições dos membros do Ministério Público.

Caminhos traçados

20/OUT/2017 Promotores da região de Patos apresentam propostas sobre cargos, atribuições, substituições e sistema de pontuação para membros.

28/OUT/2017 Promotores de Justiça da região de CG apresentam proposta para aperfeiçoar a atuação do MPPB.

10/NOV/2017 Promotores de Justiça da região de JP dão sugestões para aperfeiçoar o MPPB.

13/NOV/2017 Comissão de Revisão do Quadro analisa propostas dos encontros regionais.

22/JAN/2018 Comissão do Quadro apresenta estudo para equalização do trabalho ao procurador-geral e aos subprocuradores de Justiça.

30/JAN/2018 Comissão apresenta estudo sobre quadro de membros do MP à Corregedoria-Geral.

06/FEV/2018 Comissão do Quadro conclui ciclo de apresentação de estudo a procuradores de Justiça.

06/MAR/2018 Comissão de Revisão do Quadro realiza reuniões com promotores do Sertão.

07/MAR/2018 Promotores das áreas Cível, Fazenda e Família discutem propostas para equalização do trabalho no MPPB.

12/MAR/2018 Comissão de Revisão do Quadro se reúne com promotores do Patrimônio Público, Fundações e Fazenda da Capital e de Guarabira.

08/MAR/2018 Comissão apresenta estudo sobre quadro de membros, em CG.



Lei do Quadro foi aprovada em sessão histórica do CPJ, no dia 9 de julho de 2018



Gestão se reuniu com promotores de todas as áreas, a exemplo dos de Família

24/SET/2018 CPJ aprova resolução sobre atribuições dos membros do MP e projeto de lei que altera quadro de servidores.

16/JUL/2018 MPPB encaminha projetos de lei que traz mudanças no quadro de membros à Assembleia Legislativa.

19/DEZ/2018 Publicado o Ato PGJ 27 que disciplina substituições de membros com base na nova lei.

07/JAN/2019 Começa a vigorar as mudanças decorrentes da Lei 11.189/2018.



Comissão do Concurso em uma das reuniões que trataram sobre os detalhes do certame

CONCURSO PARA PROMOTOR

Recomposição do quadro para melhor atendimento à população

A comissão instituída no âmbito do MPPB para a revisão do quadro de pessoal apontou que, dos 271 cargos existentes na instituição, 56 (21%) estão vagos e que há necessidade de promotores em vários municípios do Estado. Além das mudanças realizadas nos cargos, era preciso preencher as vagas. Assim, foi pensado o XV Concurso para Promotor de Justiça Substituto, que está em andamento.

Estão sendo ofertadas 10 vagas, podendo, de acordo com a disponibilidade orçamentária do MPPB, ser chamado um número maior de aprovados, durante a vigência do concurso. Aos candida-

tos com deficiência foi reservado o percentual de 10% das vagas e, aos negros, 20%.

Já foram realizadas as provas preambular, de caráter eliminatório e classificatório, e a escrita (discursiva), em duas etapas. Os candidatos serão submetidos ainda às provas oral, prática de tribuna (sustentação oral) e à avaliação conclusiva em curso de formação. Todas as etapas estão sendo realizadas em João Pessoa. A empresa responsável pelo certame é a Fundação Carlos Chagas (FCC), mas todo o trabalho é acompanhado e, em parte, executado por uma comissão interna instituída para esse fim, que tem como presidente o procurador de Justiça, José Roseno Neto.

4.593

candidatos se inscreveram para o concurso de promotor substituto. Foram 4.115 boletos pagos, somados aos 478 isenções da taxa.

Candidatos chegando a local de prova, no dia 24 de novembro de 2018



Algumas datas de destaque

21/JUN/2018 CSMP aprova edital do concurso para promotor.

25/JUN/2018 Abertura das inscrições para o concurso de promotor.

03/JUL/2018 Edital de retificação altera data da prova para o dia 9 de setembro de 2018.

09/SET/2018 77% dos inscritos fazem a prova do concurso para promotor do MPPB.

10/SET/2018 Divulgado gabarito da prova objetiva do concurso para promotor.

24/NOV/2018 Realizada 2ª etapa do XV Concurso para Promotor de Justiça Substituto.

26/NOV/2018 Desidentificação de provas dos candidatos.

10/JAN/2019 Sessão de identificação e divulgação das notas da segunda etapa.

11/JAN/2019 Publicada lista dos aprovados na prova discursiva (2ª etapa).

15/MAR/2019 Lançado edital para seleção de psicólogos para aplicação de psicotécnico.

25/ABR/2019 Divulgada lista dos 257 aprovados na segunda etapa (prova discursiva).

17/MAI/2019 Início das avaliações de candidatos com deficiência e negros.

19/MAI/2019 Realização do exame psicotécnico para todos os aptos.

20/MAI/2019 Início da inspeção médica e apresentação de exames de saúde.





Turma de servidores que tomaram posse em cargos do MPPB, em julho de 2019

QUADRO DE SERVIDORES

Nomeações e reorganização de cargos para um MP mais presente

Nos últimos dois anos, a Procuradoria-Geral de Justiça nomeou 73% dos servidores que ingressaram no Ministério Público através do concurso público de 2015. Os últimos 44 foram chamados em junho de 2018, seis meses antes do fim do prazo acordado com o CNMP e TCE. A antecipação foi necessária para atender às novas demandas criadas pela reorganização dos

quadros de membros e servidores, feitas pela gestão com vistas à regularização completa do quadro de pessoal.

Antes da posse dos novos servidores, a PGJ abriu concursos de remoção interna, possibilitando que servidores que já estão na instituição há mais tempo pudessem optar pela relotação, como é garantido pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da categoria.

Em números

118

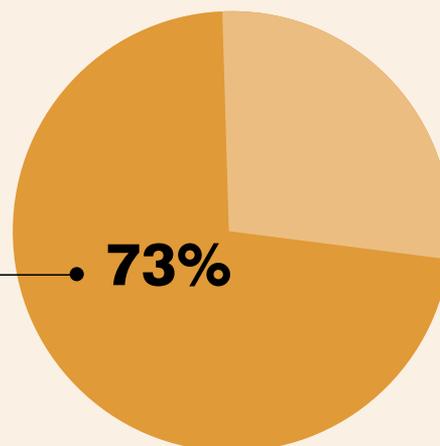
novos servidores efetivos

105

vagas abertas através do concurso

13

vagas surgidas pela criação de cargos e aposentadorias



das nomeações aconteceram nos últimos dois anos

Mudanças

O Ministério Público editou um projeto de lei para adequar os cargos às necessidades criadas pela reengenharia do quadro de membros, feita para equalizar o trabalho e atender melhor a sociedade. As alterações ocorreram a partir de estudo da Secretaria-Geral que indicou que a antiga disposição de cargos superdimensionava algumas microrregiões em detrimento de outras. Os servidores do MPPB estão distribuídos em 10 microrregiões que abrangem todas as Promotorias do Estado.

50 funções gratificadas criadas

30 cargos transformados

18 cargos vagos redistribuídos

4 cargos de técnico criados

8 cargos vagos extintos

5 cargos renomeados

Lei 11.248/2018

alterou o quadro de cargos dos serviços auxiliares do Ministério Público.



Secretário-geral ministrando curso de formação a novos servidores



Reunião entre membros e os primeiros servidores a aderirem ao regime de trabalho remoto

TELETRABALHO

Novo regime laboral atende pleito da Associação de Servidores

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) atendeu a uma solicitação do Sindicato dos Servidores, instituindo o regime de teletrabalho no âmbito do Ministério Público da Paraíba. A implantação do trabalho remoto precedeu um estudo conduzido pela Secretaria-Geral. Dessa forma, a administração moderniza as formas de trabalho e supre necessidades temporárias da ins-

tuição, sem sobrecarregar nem comprometer a qualidade de vida dos servidores.

O teletrabalho pode ser prestado em três modalidades: integral (com atividade laboral 100% remota), mista (o servidor trabalha dois ou três dias de forma presencial e realiza atividades de forma remota) e parcial (o servidor cumpre carga horária de quatro horas diárias e realiza o restante de seu trabalho remotamente).



Representantes da categoria discutem o regime de teletrabalho com membro da gestão

Bom para a instituição

Neste primeiro programa, a modalidade é exclusivamente integral. O servidor precisa cumprir a média do setor onde está lotado e uma meta externa, que será a de um dos ambientes selecionados. O ganho para ele é o fato de não ter que se deslocar todos os dias para o trabalho, economizando tempo e transporte, fazendo suas atividades no conforto do seu lar e no horário que lhe for mais conveniente. O ganho para a administração é que os servidores neste regime poderão ser utilizados para dar suporte a outros setores.

Melhor para o servidor

“Era um anseio da categoria. O teletrabalho já existe em vários órgãos do Ministério Público e de outras instituições e vem se mostrando uma experiência bem sucedida. A gente avalia de forma benéfica esse projeto que, inclusive, era um pleito dos próprios servidores. Vai possibilitar mais flexibilidade e mais qualidade de vida para os servidores; faz bem ao meio ambiente e à mobilidade urbana, à medida que reduz o uso do automóvel para o deslocamento”, opinou Daniel Guerra, presidente da ASMP e Sindsemp.

Ato PGJ 09/2018

institui e regulamenta o teletrabalho. Foi assinado pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, e publicado em 27 de junho de 2018.

5

vagas foram disponibilizadas no primeiro edital lançado pelo programa, com duração prevista de 180 dias, a partir da assinatura do termo de adesão.

3

servidores aderiram à proposta, assinando termo de adesão em 2 de julho de 2019.



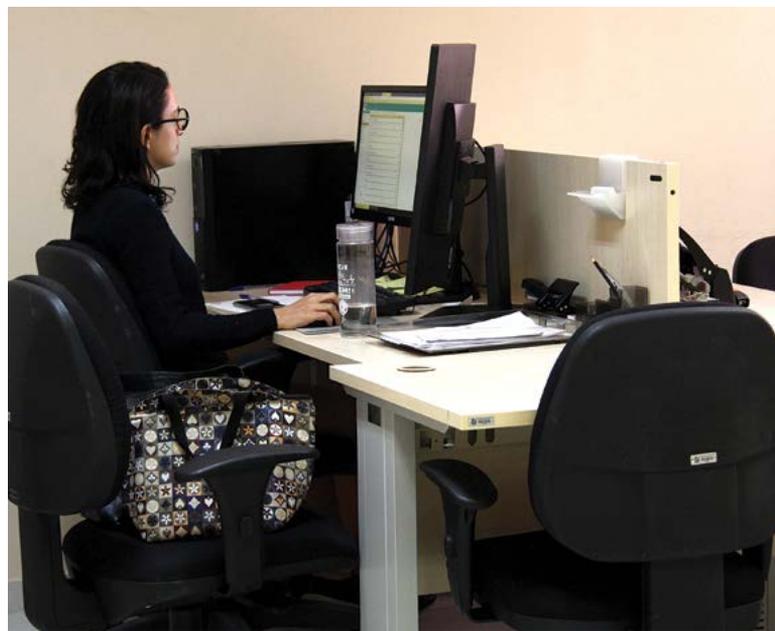
Otimizando o fluxo de trabalho e desafogando os cartórios

A Central de Diligências foi criada para otimizar o fluxo de trabalho das secretarias e dos servidores técnicos de diligência. O órgão de apoio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça foi uma iniciativa desenvolvida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), por meio do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Processos, e pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec).

A Central nasceu da constatação das dificuldades relacionadas ao processo de trabalho exigido para diligências externas e à necessidade de mudanças no MPVirtual. Com a normatização, as promotorias de Justiça de todo o Estado (exceto Bayeux, Santa Rita e Cabedelo) poderão encaminhar diretamente para a Central de Diligências expedientes, tais como notificações, mandados, ofícios, convites a pessoas físicas ou jurídicas, quando se tratar de simples entrega no território do município de João Pessoa, tornando desnecessária a emissão de carta precatória nessas situações.

O ato também padronizou os prazos para execução de diligências, que não serão inferiores a 15 dias, salvo na hipótese de urgência devidamente fundamentada pelo membro nos autos do procedimento que originou a diligência a ser cumprida.

A dinâmica antiga era penosa para todos os atores envolvidos, especialmente considerando a particularidade da Promotoria de João Pessoa, na qual os órgãos estão espalhados em vários locais, obrigando a peregrinação dos servidores em cada secretaria. Tudo foi reunido em um único local e as atividades de impressão de documentos e digitalização de contrafés deixou de ser atribuição do cartório, desafogando seus servidores.



Central de Diligências otimiza fluxo de trabalho de secretarias e cartórios

IOPs 61 e 62

são as instruções operacionais padrões que descrevem o passo a passo que deve ser realizado pelos servidores para a utilização do serviço.

Ato PGJ 28/2019

criou a Central de Diligências, tendo sido publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPPB, no dia 29 de maio de 2019.

Equipes técnicas para subsidiar o trabalho dos membros

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) instituiu o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) com a finalidade de analisar e sistematizar informações e conhecimentos de natureza técnico-científica para subsidiar o trabalho dos membros do MPPB. O órgão foi idealizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag).

Além de atender a uma determinação da Corregedoria Nacional, o NAT fortalece a ativi-

dade extrajudicial, implementando mecanismos de apoio e controle de resultados, um dos objetivos do Mapa Estratégico do MPPB para o período 2017-2021.

O órgão se propõe a realizar o apoio técnico e científico às investigações de natureza cível e criminal do Ministério Público e também a auxiliar nas perícias judiciais, onde servidores integrantes desse núcleo vão atuar como assistentes técnicos.

ATO PGJ 39/2017

criou o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) para dar suporte à atuação dos membros nas áreas de engenharia sanitária e ambiental, ciências contábeis, engenharia civil, pedagogia, medicina, odontologia, psicologia, arquitetura, serviço social, economia e administração. O órgão foi criado em 7 de novembro de 2017 através do Ato 39/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico da instituição.

246

pedidos de perícias encaminhados pelo NAT, desde novembro de 2017, e 160 (65%) deles estavam conclusos em junho de 2019.

Estrutura do NAT



Coordenador - Alvaro Gadelha,
2º subprocurador-geral



Membro - Elaine Alencar,



Membro - Leonardo Quintans



Membro - Ranieri Dantas



Membro - Alley Scorel

Equipes técnicas

- Engenharia sanitária e ambiental
- Ciências contábeis
- Engenharia civil
- Pedagogia
- Medicina
- Odontologia
- Psicologia
- Arquitetura
- Serviço social
- Economia
- Administração



MP Uniforme e Promotoria Modelo padronizam atuação e procedimentos

“**F**ortalecer a atuação ministerial integral e uniforme” é o objetivo estratégico atendido pelos projetos MP Uniforme e Promotoria Modelo. O primeiro busca a padronização da atuação dos membros em determinados procedimentos já vivenciados. O segundo traz um apanhado de operações de rotina nas promotorias de Justiça que são executadas pelos servidores. Cada um com sua especificidade, os projetos, implementados nesta gestão, se complementam.

O Projeto Promotoria Modelo foi implementado pela Seplag com o objetivo principal de modernização administrativa, por meio da padronização das principais rotinas cartorárias em uma Promotoria de Justiça, inerentes à atividade finalística. Com as rotinas definidas e disseminadas

nas promotorias há um ganho na organização administrativa do Ministério Público da Paraíba que passará a atuar de modo uniforme. Embora cada Promotoria de Justiça tenha suas especificidades, a obediência a determinado padrão garantirá o bom desenvolvimento das atividades ministeriais, independentemente de quem as esteja executando.

Já o MP Uniforme, concebido pela Seplag e pelos centros de apoio operacional (CAO), analisou, em pouco mais de dois meses, mais de 340 procedimentos, com produção de despachos, petições iniciais, recomendações e promoções de arquivamento. O ganho para a atividade extrajudicial do Ministério Público foi evidente e, o mais importante, matérias recorrentes passaram a ter, a partir de então, tratamento uniforme pelos órgãos de execução, garantindo solução célere para essas questões.

Promotoria modelo

741 atividades/operações foram catalogadas para a execução de 64 instruções operacionais padrões (IOPs) definidas pelo projeto que visa implementar a padronização das rotinas e de procedimentos dos servidores, eliminando os retrabalhos, otimizando o tempo e as atividades realizadas. No total, 300 servidores foram capacitados em 17 cursos sobre uniformização das rotinas cartorárias.

Manual do “Promotoria Modelo” – Disponível [AQUI](#)

MP Uniforme

3.121 procedimentos represados constaram no diagnóstico do projeto executado para fortalecer a atuação ministerial integral e uniforme e a atividade extrajudicial, além de implementar rotinas administrativas padronizadas com vistas à excelência operacional. O projeto criou fluxogramas e rotinas para atender demandas recorrentes identificadas que foram reunidos em um manual disponibilizado aos membros e servidores no portal do site oficial.

Cartilha do “MP Uniforme” – Disponível [AQUI](#)



Francisco Seráfico defende recomposição do orçamento do MPPB em audiência na ALPB

ORÇAMENTO

Economia e luta pela recomposição das perdas

Manter uma instituição do tamanho do Ministério Público da Paraíba funcionando requer um investimento financeiro compatível. A recomposição do orçamento do órgão ministerial, congelado há três anos, foi uma bandeira de luta, nos últimos anos. Além do diálogo tentado com o governo, a PGJ defendeu recursos para manutenção do trabalho do MPPB no Legislativo e no Judiciário. Este ano de 2019, participou do debate sobre a Lei de Di-

retrizes Orçamentárias 2020, expondo as dificuldades enfrentadas pela instituição ministerial e apresentando uma proposta que minimize as perdas sofridas ao longo dos anos. Essa reestruturação orçamentária é fundamental para manter o funcionamento regular da instituição; para garantir a continuidade da nomeação de novos servidores e membros, preenchendo uma lacuna do MPPB no interior do Estado, e para a melhoria da estrutura física dos órgãos para um atendimento mais qualificado a sociedade.

23/out/2017

PGJ entra com ação declaratória de inconstitucionalidade (0805472-62.2017.815.0000), requerendo a suspensão da eficácia de artigo da LDO e corrigindo o valor global do orçamento do MPPB, com aplicação do reajuste devido.

19/dez/2017

Foi ajuizada uma ação ordinária de cobrança na 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital (0862075-69.2017.8.15.2001), requerendo que o Governo do Estado procedesse o ressarcimento de mais de R\$ 6 milhões retidos do orçamento inicial do exercício.

25/mai/2018

Impetrado mandado de segurança (0803026-52.2018.8.15.0000) com pedido de liminar para determinar ao Estado o imediato repasse da plena integralidade do valor dos duodécimos referentes aos meses restantes do ano em curso, no estrito cumprimento à Constituição Federal.



PGJ em audiência pública da LDO, na Assembleia Legislativa

Orçamento dos últimos anos

ANO	LOA	REPASSE	DIFERENÇA
2016	R\$ 239.507.700,00	R\$ 228.829.048,00	-R\$ 10.678.652,00
2017	R\$ 239.507.700,00	R\$ 233.454.000,00	-R\$ 6.053.700,00
2018	R\$ 239.507.700,00	R\$ 238.644.000,00	-R\$ 863.700,00
2019	R\$ 239.507.700,00	R\$ 246.507.700,00	R\$ 7.000.000,00
Perda Acumulada	-R\$ 10.596.052,00		



6. MPPB

TECNOLOGIA A SERVIÇO DO MP

- MPPB 100% Virtual
- Novas funcionalidades
- Exportando tecnologia
- Sistemas melhoram experiências





Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do MPPB discutem avanços

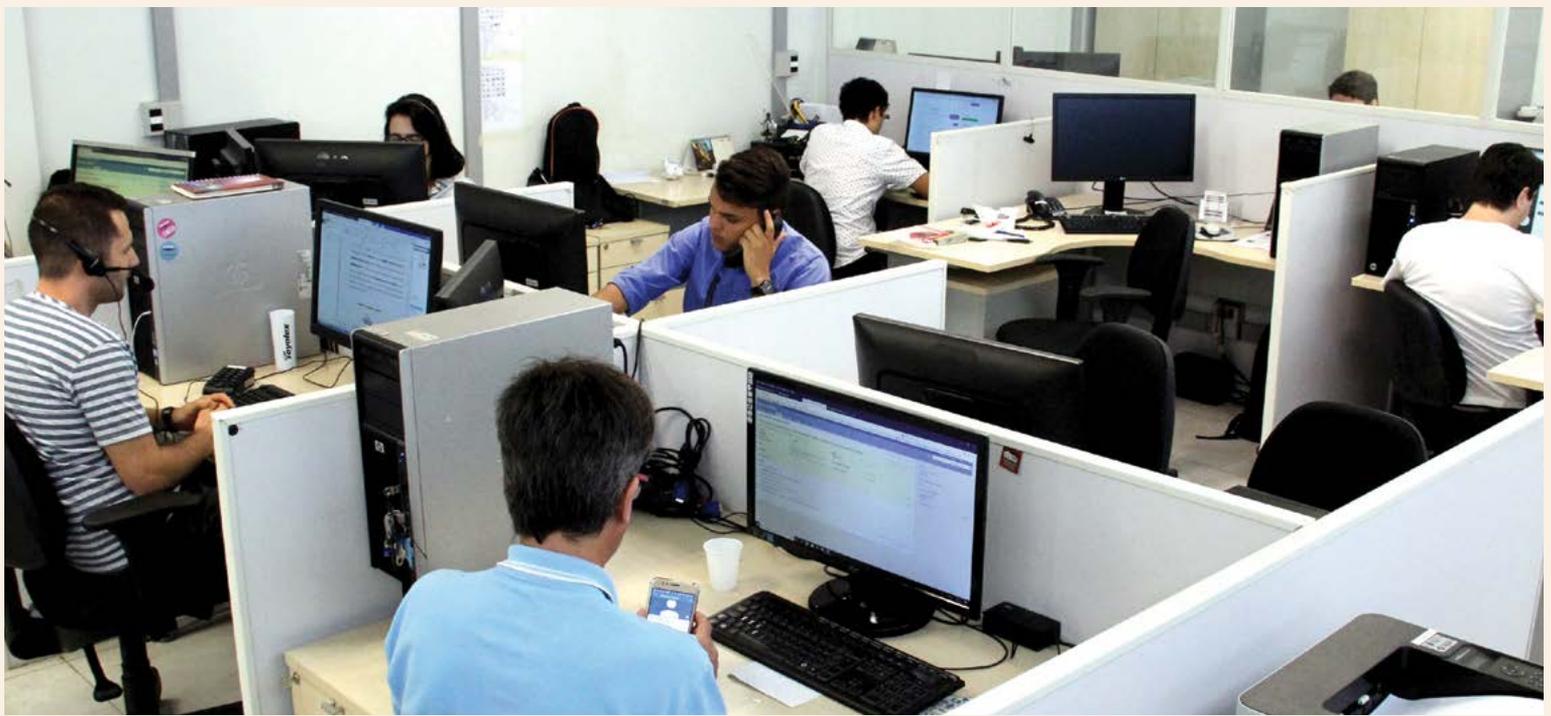
MP VIRTUAL

A virtualização chega a 100% dos órgãos ministeriais

A tecnologia tem sido uma forte aliada do Ministério Público e, nos últimos dois anos, o investimento foi reforçado, principalmente, para agilizar os processos administrativos, extrajudiciais e judiciais. Tudo para reduzir a burocracia, dar rapidez à tramitação dos procedimentos e facilitar o trabalho diário dos membros e servidores. Um dos exemplos das aplicações é o MPVirtual, um sistema que virtualiza todos os processos e interliga todos os órgãos do MPPB.

O MP Virtual foi criado e implantado em

2012, como um projeto-piloto na Corregedoria-Geral do MPPB. Em agosto de 2017, o sistema estava implantado em quase 100% da área administrativa, mas ainda restava virtualizar 65% das promotorias e órgãos ministeriais. Para que membros e servidores tivessem acesso ao sistema em todo o Estado foi preciso que a PGJ determinasse isso como meta a ser alcançada. A Ditec recebeu a missão e a administração criou as condições para que o ritmo da virtualização fosse acelerado. Em um ano, outubro de 2018, o MP Virtual tinha alcançado os 100% dos órgãos ministeriais.



Equipe da Ditec atendendo as demandas do cotidiano e criando novas ferramentas

Linha do tempo

2012

Implantação do MP Virtual – Projeto-piloto na Corregedoria

2013

Virtualização de processos extrajudiciais nas promotorias de Cuité, Bonito de Santa Fé, Pombal e Catolé do Rocha

2014

Implantação de funcionalidades para permitir cadastro de processos judiciais, relatórios do RAF informatizados e implantação de sistema de Gestão de Pessoas – GEP

2016

Implantação de módulo para transmissão de informações ao CNMP (Portal de Direito Coletivo)

2017

Adicionado o Bugle, ferramenta de pesquisa de peças e ofícios, uma espécie de Google.

2018

No mês de outubro, foi concluída a implantação em 100% das unidades ministeriais; foram feitas tratativas para melhorar a performance, disponibilidade e escalabilidade, com suporte a mais usuários simultâneos; acrescida a funcionalidade que permite movimentação em lote de processos judiciais; implantação do módulo “Sessões Online” do CSMP.

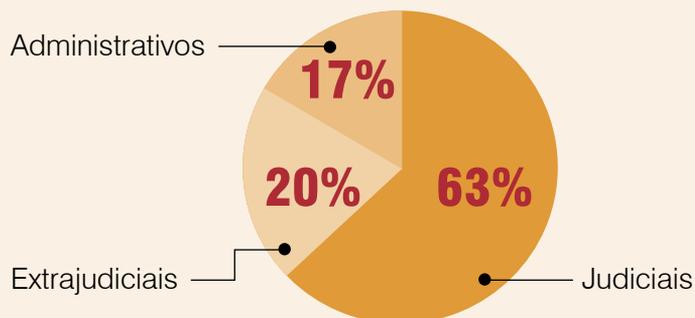
2019

Concluída a implementação do projeto “Promotoria Modelo” no sistema; relatórios de produtividade, de controle dos inquéritos nas delegacias, com tempo de tramitação. Iniciadas tratativas para novas funcionalidades.



MP Virtual em números

370.000 processos cadastrados no sistema (17/05/2019), sendo:



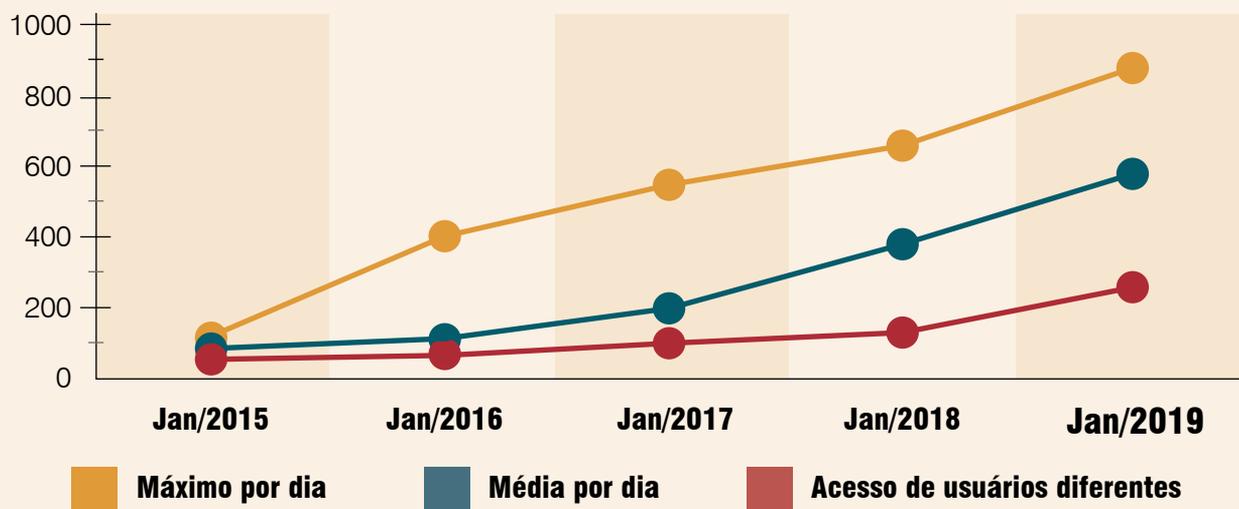
125.000

arquivos inseridos no sistema em abril de 2019 (40 gigas/mês)

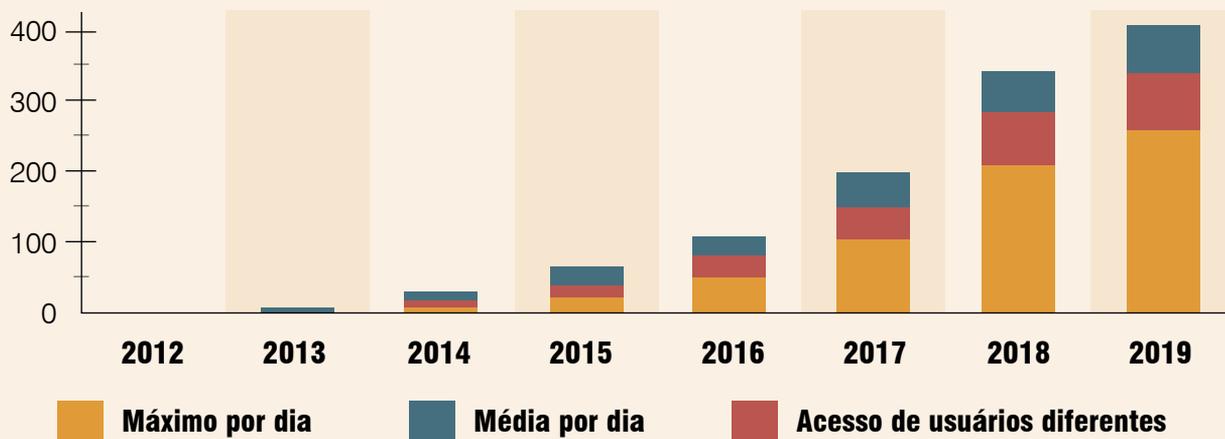
415

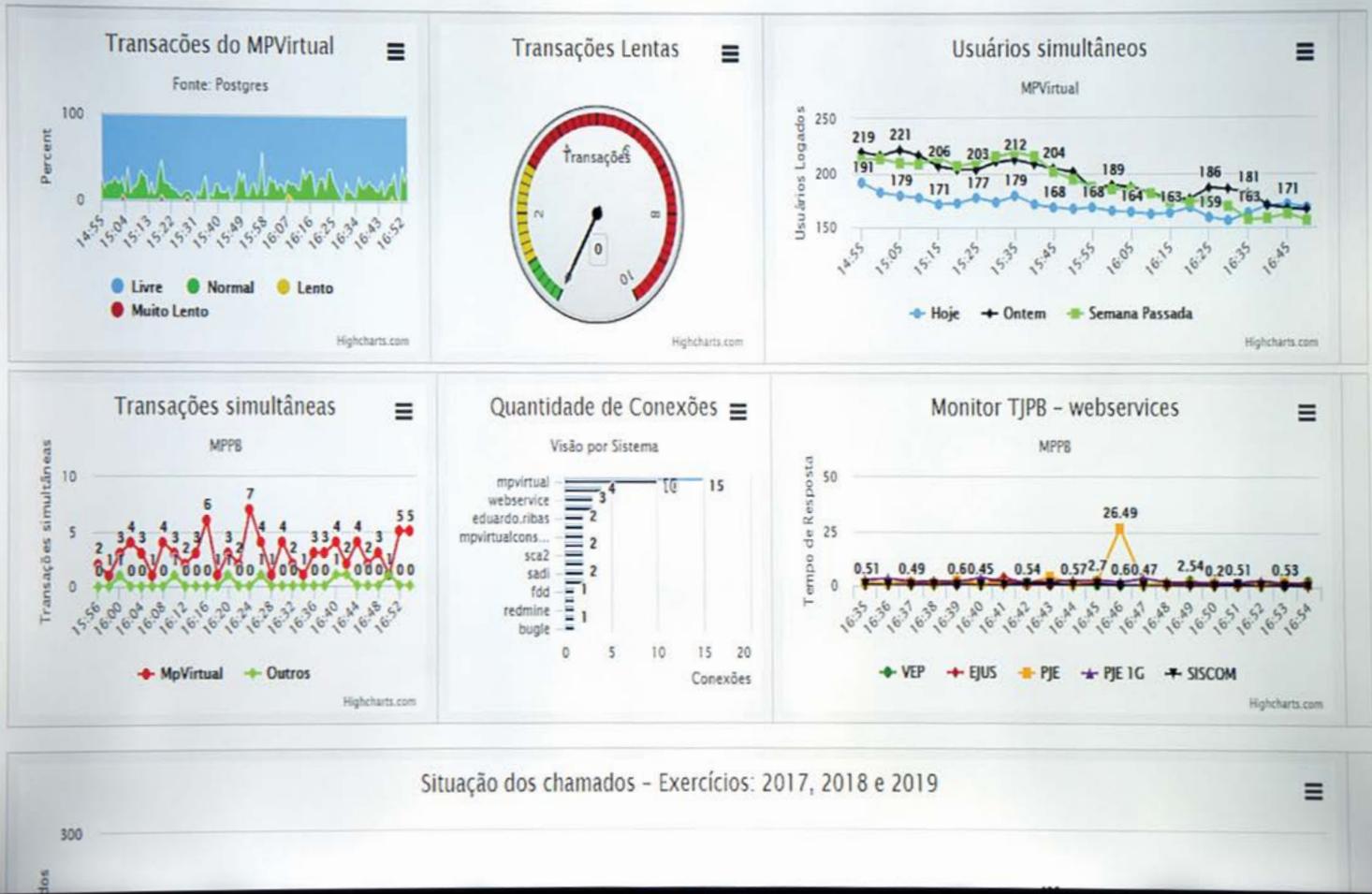
usuários diferentes logados ao sistema é a média diária

Acesso de usuários



Processos virtualizados





NOVAS FUNCIONALIDADES

A ideia é tornar o sistema completamente inteligente

O trabalho não parou com a implantação do MP Virtual em 100% dos órgãos. Novos projetos foram e estão sendo gestados para otimizar e criar ferramentas interligadas ao sistema. As demandas devem melhorar a utilização do sistema. O MP Virtual concentra, hoje,

uma massa gigantesca de dados, que precisa ser melhor aproveitada. Novas ferramentas vão fornecer relatórios específicos dos órgãos, de acompanhamento de metas, da situação de processos... As novas funcionalidades devem facilitar a montagem de peças judiciais. A ideia é tornar o sistema completamente inteligente.

Em desenvolvimento

Protocolo virtual



A ferramenta vai permitir que representantes de órgãos externos possam encaminhar documentos ao MPPB exclusivamente por meio eletrônico. Além de gerar mais eficiência da ação institucional, agilidade, economicidade e segurança dos processos, vai evitar que cidadãos, empresas e instituições públicas precisem se deslocar aos prédios do Ministério Público, tendo acesso diretamente ao sistema digital.

Interligação PJe



O projeto, que está sendo chamado pelos técnicos de “interoperabilidade PJe”, vai permitir a integração do MP Virtual com o sistema do Tribunal de Justiça da Paraíba, proporcionando aos membros o recebimento, movimentação e acompanhamento dos processos. O sistema vai evitar o retrabalho na inserção das peças, que será feita em apenas um sistema, e a importação diária e automática de novos processos judiciais.

Painel das promotorias



É um painel de gestão das promotorias que será mostrado na tela inicial do MP Virtual. Cada membro terá seus indicadores (da sua promotoria) em números e gráficos mostrados nesse dashboard. Com isso, sem esforço, o promotor terá sempre acesso à situação dos processos (prazos e quantidade), ajudando-o a gerir a unidade, elencando prioridades e planejando melhor sua atuação. Este e outros softwares desenvolvidos na Paraíba já estão sendo “exportados” para outras instituições locais e de outros Estados.



Equipe do MP do Espírito Santo em visita para cooperação técnica

Exportando tecnologia

A tecnologia desenvolvida no Ministério Público da Paraíba, sob o acompanhamento do Núcleo de Gestão do Conhecimento e Segurança Institucional (NGCSI), tem servido não só para alcançar os objetivos da instituição, mas também para ajudar outros órgãos a organizar e otimizar seus processos e ações, com o repasse do conhecimento através da celebração de termos de cooperação. Assim, o MP Virtual já foi exportado para os MPs do Rio Grande do Norte, do Amazonas, do Ceará e o Federal Militar. O sistema também foi solicitado recentemente pela Câmara de Vereadores de João Pessoa. A “exportação” de tecnologia também abrange outros sistemas. O Diário Oficial Eletrônico do MPPB foi cedido ao MPRN, MPAM, MPCE, MPRO, MPPE e MP Militar. Já o sistema de Gestão de Pessoas, o GEP, foi repassado para os MPs do Amazonas, do Ceará, de Roraima e Federal Militar. Assim, o MPPB vai multiplicando conhecimento e repassando ferramentas que estão melhorando a oferta de serviços, as condições de trabalho nas instituições e, conseqüentemente, o atendimento à sociedade, que é o objetivo principal do órgão ministerial.

Novas ferramentas melhoram experiências e atuação

A Diretoria de Tecnologia e Informação (Ditec) tem sido demandada por membros e órgãos ministeriais para desenvolver e melhorar sistemas que possam melhorar experiências de atu-

ação dos membros e servidores. Nos últimos dois anos, softwares foram criados e outros aprimorados. Alguns estão em fase de melhoramentos para atender à complexidade do trabalho desenvolvido pelo MP, facilitando o monitoramento dos resultados.

Alguns destaques

ANO	SISTEMA/INTERVENÇÃO	FUNCIONALIDADE
2019	Gestão de Custos	Possibilita a gestão dos custos da instituição, identificando quanto representa os gastos de cada centro de custo.
2019	Contratos e Convênios	Possibilita a gestão dos contratos administrativos firmados pela instituição.
2019	Patrimônio	Possibilita a gestão dos bens móveis da instituição.
2019	Bens Imóveis	Possibilita a gestão dos bens imóveis da instituição.
2019	GEP - Módulo de Ponto Eletrônico	Controla e gera frequências dos servidores da instituição, com o registro e acompanhamento das ocorrências.
2018/2019	Sonda 1º e 2º grau	Possibilita o acompanhamento dos processos em que o MP é parte, em trâmite no Tribunal de Justiça. Disponibiliza informações sobre tempo sem movimentação, relatórios por relator, visão por promotor etc.
2019	MPVirtual - Interoperabilidade PJe	Evita o retrabalho na inserção das manifestações/peças em processos judiciais, através do uso de apenas um sistema (MPVirtual).
2018-2019	MPVirtual - Promotoria Modelo	Adaptação do sistema MPVirtual, com um conjunto de funcionalidades para viabilizar o projeto de padronização das novas rotinas de trabalho dos cartórios das promotorias de Justiça.



→	2018	MPVirtual - Otimização Judicial	Funcionalidades para otimizar o trabalho com os processos judiciais, possibilitando a importação e cadastro de processos em lote, movimentando e distribuindo automaticamente.
	2018	MPVirtual - Sessão Eletrônica CNMP	Módulo para sessão online do Conselho, proporcionando análise de arquivamentos de procedimentos extrajudiciais cíveis e criminais julgados no Conselho Superior, além de possibilitar a certificação em lote.
	2018	MPVirtual - Performance e escalabilidade	Manutenção do sistema para possibilitar suportar a carga máxima de usuários da instituição, mantendo performance adequada para uso.
	2018	MPVirtual - Monitoramento e Segurança	Desenvolvimento de ferramenta para monitoramento proativo do banco de dados do MPVirtual.
	2018	Thoth - Relatórios de produtividade	Diversos relatórios para nortear o acompanhamento das atividades cartorárias no contexto do projeto Promotoria Modelo.
	2018	Thoth – Relatórios gerenciais	Disponibilização de relatórios gerenciais que servirá de apoio para tomada de decisão por parte da gestão.
	2018	Júri Radar	Sistema para cadastro e controle das informações das audiências, com a disponibilização de diversos relatórios estatísticos.
	2018	Carcerem Data	Sistema de acompanhamento da população carcerária em todos os presídios da Paraíba, com emissão de relatórios, navegação em mapa etc.
	2018	Portal da Transparência	Automatização de consultas para atendimento dos relatórios do Portal da Transparência, com consultas em tempo real de dados financeiros, folha de pagamento e pessoal.
	2017-2018	Virtualização do MPPB	Implantação completa do sistema MPVirtual em todos os órgãos de execução e área meio. Implantação do processo de compras.
	2018	Rede de Dados	Ampliação das velocidades dos links de Internet.
	2018	GEP - Módulo de férias	Sistema específico para solicitação e gestão das férias de membros e servidores, com validação automática das cotas.



→	2017	GEP - Módulo Pecúnia	Possibilita conversão de 1/3 de férias em pecúnia, com opção para seleção do gozo.
	2017	GEP V2	Solicitações de novas funcionalidades e relatórios, formalizadas pelo DRH.
	2017	Clientes Externos Polícia Civil	Possibilita o envio eletrônico de autos de prisão em flagrante, através do sistema MPVirtual. Ao entrar no sistema, o promotor visualizará as notificações.
	2017	Extranet - Espaço para CAO	Espaço destinado para publicação de material de apoio no contexto da extranet.
	2017	Extranet - Módulo NAT	Formulário para solicitações de laudos técnicos ao NAT, com diversos modelos e integração com MPVirtual.
	2017	Novo Portal Institucional	Desenvolvimento de novo sítio institucional, com as tecnologias e recursos mais recentes. •

Pandora analisa grandes dados

O Sistema Integrado de Apoio à Investigação Pandora/Siap foi desenvolvido pelo Núcleo de Gestão do Conhecimento e Segurança Institucional (NGCSI), com o objetivo de desenvolver e implementar modelos de análise de grande volume de dados que permitam a detecção, de forma sistemática, de risco de crime contra a administração pública no âmbito dos gastos dos governos estadual e municipais, no Estado.

Com a utilização de diversas técnicas analíticas, é possível otimizar a atuação do MPPB e demais atores do sistema de Justiça contra a utilização fraudulenta de recursos públicos.

Busca-se que o processo de seleção das empresas fornecedoras de órgãos públicos que serão objeto de investigações deixe de ser majoritariamente baseado em denúncias para ser baseado em robustas evidências empíricas. Dessa forma, poder-se-á aprimorar consideravelmente a efetividade da atuação do MPPB no combate à corrupção. Os modelos de análise de grande volume de dados estarão operacionalizados dentro de Sistemas de Apoio à Decisão (Decision Support System) que



Acesse sistema [AQUI](#)

sistematizarão o consumo das informações pelos membros e equipes técnicas do MP.

Os protótipos de Sistemas de Apoio à Decisão que a equipe já desenvolveu e que hoje se encontram em plena operação demonstram a viabilidade técnica, inclusive, já foi instalado em diversos MPs, como os do Rio de Janeiro e do Paraná.

7. MPPB

ESTRUTURA FÍSICA

- Investimento em obras
- Manutenção dos prédios
- Frota, mobiliário e equipamentos





Nova prédio da Promotoria de Mari. Até julho de 2019, unidade funcionava em uma sala do Fórum da cidade

PROMOTORIAS

Novas sedes melhoram trabalho e atendimento à população

Cinco novas sedes de promotorias de Justiça. As reformas, construções e ampliações tiveram como alvos prédios do Ministério Público em Santa Luzia, Mari, Queimadas, Monteiro e Sapé, no interior do Estado. O investimento proporciona melhores condições de trabalho a membros e servidores da instituição e, conseqüentemente, um melhor atendimento à população.

Em outubro de 2017, a PGJ determinou a realização de um diagnóstico da situação de todas as promotorias de Justiça do Estado, incluindo as condições da estrutura física, mobiliário e equipamentos. Com base nesse levantamento, foi feito um plano de metas, estabelecendo as prioridades e estudando formas de viabilizar os projetos, mesmo com o orçamento defasado.

Foi feito um acordo com o Tribunal de Justiça da Paraíba que resultou na cessão de uso de prédios que funcionaram como residências oficiais de juízes, para o funcionamento das novas sedes das promotorias de Mari, Queimadas e Santa Luzia. Em Sapé e Monteiro, as obras são em prédios próprios.

Os projetos de engenharia e arquitetura atendem às normas de acessibilidade e às mudanças introduzidas pela nova Lei do Quadro dos Membros, que entrou em vigor em janeiro de 2019. Os projetos contemplaram gabinetes para promotores de Justiça, sala de reuniões, banheiros para o público adequados às pessoas com deficiência, sala para arquivo, auditório, sala para assessores e estagiário, recepção para atendimento aos cidadãos, sala de notícia de fato e de rack, área de serviço, copa e estacionamento.

MONTEIRO

Obras de reforma e ampliação em prédio próprio.

- Área: 341,9 m²;
- População beneficiada: Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê.

SAPÉ

Reforma e ampliação de prédio próprio. Sede tinha 221 m² e dobrou de tamanho.

- Área: 400 m²;
- População beneficiada: Sapé, Sobrado e Riachão do Poço.

SANTA LUZIA

Reforma de antiga casa de juiz. Promotoria funcionava em prédio alugado.

- Área: 221 m²;
- População beneficiada: Santa Luzia, Várzea, Junco do Seridó e São José do Sabugi.

MARI

Casa de juiz cedida reformada. Promotoria funcionava em uma sala pequena no Fórum.

- Área: 183 m²;
- População beneficiada: Mari.

QUEIMADAS

Prédio era locado. Nova sede muda para antiga casa de juiz que foi toda reformada.

- Área: 243,2 m²;
- População beneficiada: Queimadas e Fagundes.



MANUTENÇÃO

Mais de 70% dos prédios do MP receberam serviços de recuperação

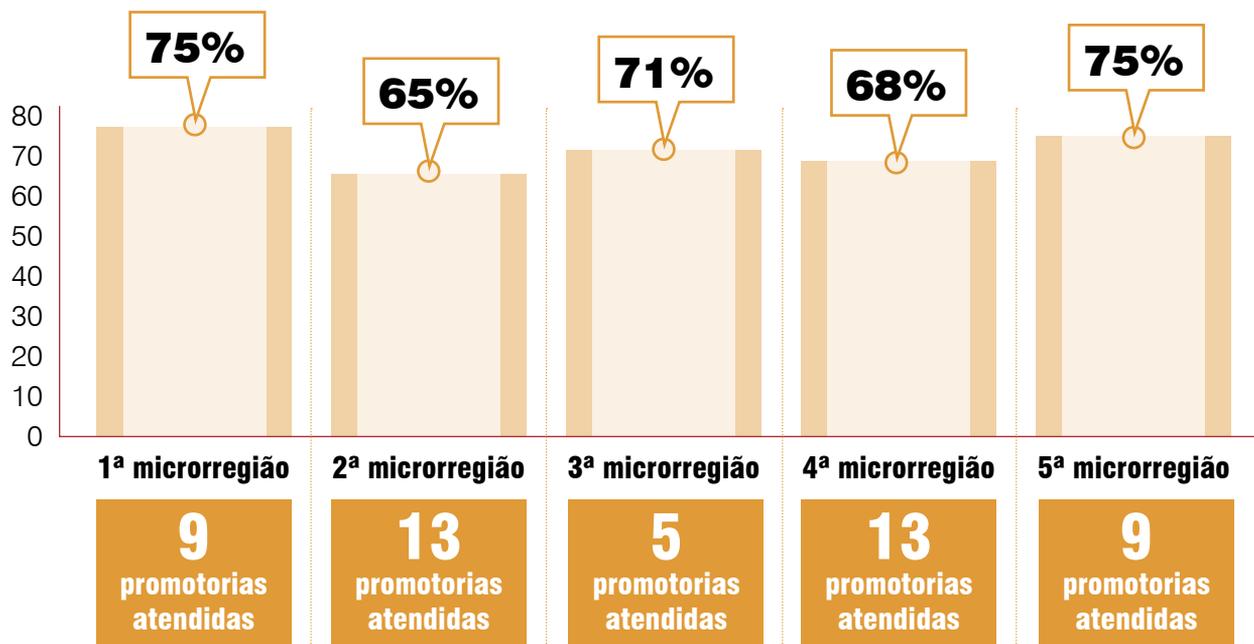
Além das obras de reforma e ampliação 71% das promotorias de Justiça do Estado (49 das 70 existentes) foram atendidas, nos últimos dois anos, com serviços de manutenção, adequação, restauração e conservação dos seus imóveis, promovendo melhorias nas condições de trabalho dos membros e servidores, que influenciam no atendimento prestado à sociedade.

Entre os serviços realizados pelo Departamento de Serviços Gerais (Deseg) estão reformas de salas e criação de novos ambientes com instalação e desinstalação de divisórias, pintura, reparos nas redes elétrica e hidráulica, retelhamento, impermeabilização, entre outros.



Serviço de manutenção em sala do Núcleo Criminal, em João Pessoa

Atendimento



TOTAL: 49 dos 70 órgãos atendidos - 71%

FROTA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Renovação e adequação permitem ambientes melhores e trabalho mais ágil

A Procuradoria-Geral de Justiça também autorizou a modernização e adequação da frota e do mobiliário da instituição, atendendo a necessidades de vários órgãos ministeriais. O objetivo é sempre dar melhores condições de trabalho aos servidores e agilidade no atendimento das demandas e mais conforto aos cidadãos que procuram as unidades do MPPB, em todo o Estado.

Foram adquiridos veículos para serem usados, principalmente, na entrega dos documentos oficiais de promotorias de Justiça do Estado. As motocicletas que estavam em uso na instituição tinham aproximadamente 12 anos de uso, gerando gastos com manutenção e dificultando a economia nessa área. Alguns veículos foram leiloados e uma parte aproveitada.

Também foram adquiridos equipamentos de segurança, como catracas para controle de acesso



aos prédios ministeriais (Núcleo Criminal, PGJ e Promotoria de Campina Grande) e câmeras de vídeo. A manutenção dos serviços e espaços também levou à necessidade de outras aquisições como materiais de informática, aparelhos de ar condicionado, motobombas, bebedouros, telefones e mobiliário (armários, gaveteiros, mesas e cadeiras).

Alguns destaques

372	novos computadores, sendo 340 adquiridos e distribuídos nesta gestão para promotorias de Justiça e outros órgãos ministeriais.
20	motocicletas novas foram adquiridas (no valor de R\$ 238 mil) para atender às promotorias de Justiça de Itabaiana, Solânea, Guarabira, Santa Rita, Patos, Campina Grande, Bananeiras, Itaporanga, Sousa, Conceição, Cajazeiras, Esperança, São Bento, Bayeux, Cabedelo e Mamanguape e a Central de Mandados da Capital.
10	veículos locados para atender às promotorias de Santa Rita, Campina Grande, Patos, Pombal, Santa Luzia, Cajazeiras e os pólos de Serviços Gerais de Guarabira e Patos.
1	caminhonete disponibilizada ao Departamento de Engenharia e Manutenção Predial para uso em fiscalização de obras e atendimentos de procedimentos do NAT.



8. MPPB

LEIS, ATOS E NORMAS

- Modernizando dispositivos
- Colégio de Procuradores de Justiça
- Conselho do Ministério Público





*Membros da Comissão de
Elaboração Legislativa*

LEIS, ATOS E NORMAS

Uma instituição que se atualiza modernizando seus dispositivos legais

O Ministério Público da Paraíba não é uma instituição fechada, pelo contrário, tem a necessidade de se modernizar, de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade e na própria instituição. Para isso, tem se preocupado em atualizar suas normas e leis e em regerar seu funcionamento com transparên-

cia, destacando a colaboração da Comissão de Elaboração Legislativa (CEL). Nesse sentido, a atuação dos colegiados – o Conselho Superior (CSMP) e o Colégio de Procuradores (CPJ) – tem sido fundamental, não só na aprovação dessas normas, mas também apreciando os procedimentos extrajudiciais e participando das decisões da administração.



CPJ - Colégio de Procuradores de Justiça

33	sessões ordinárias
13	resoluções aprovadas, entre elas a que adequou os plantões dos membros, a que estabeleceu a diferença de entrância e as que regulamentam o procedimento investigatório criminal (PIC), o acordo de não-persecução penal e a celebração do termo de ajustamento de conduta e do acordo de leniência, envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa, no âmbito do MPPB.
11	projetos de Lei aprovados
3	sessões solenes
2	sessões extraordinárias
1	resolução conjunta – CSMP/CPJ

CSMP - Conselho Superior do Ministério Público

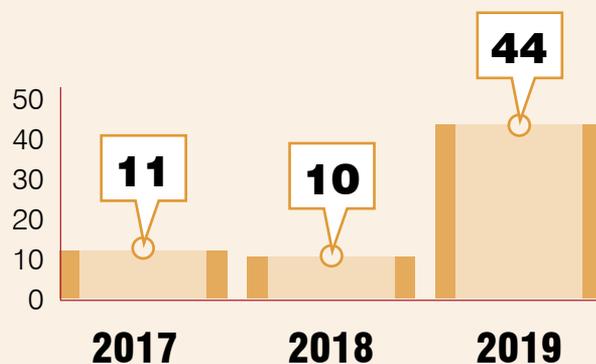
5.775	procedimentos extrajudiciais apreciados em sessões, sendo:	
2017	865 apreciados em	13 sessões ordinárias
2018	3.331 apreciados em	37 sessões ordinárias 2 virtuais
2019	1.579 apreciados em	12 sessões ordinárias 6 virtuais





65

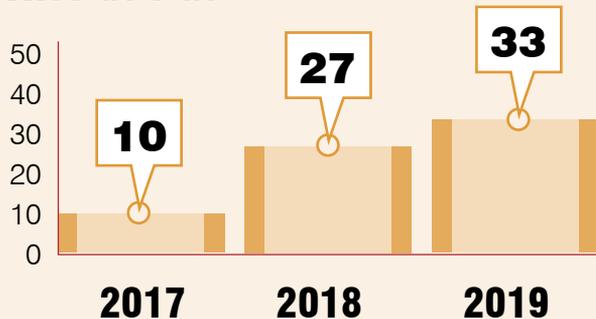
editais de remoção e promoção lançados, sendo:



9

resoluções do CSMP, entre elas a que estabelece regras para concessão de verba remuneratória por participação em comissão especial e realização de serviço extraordinário de interesse da instituição e a que disciplina as substituições dos procuradores de Justiça.

Atos do PGJ



Portarias



5

instruções normativas

2

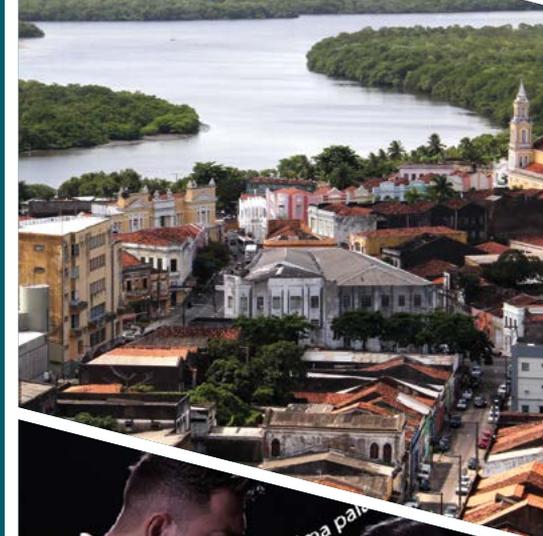
recomendações conjuntas PGJ/CGMP



9. MPPB

IMAGEM E COMUNICAÇÃO

- No topo da transparência
- Licitação transmitida em tempo real
- Campanhas institucionais
- Fortalecendo a identidade visual
- Novo portal
- Concursos de Fotografia
- O MPPB nas mídias





NO TOPO DA TRANSPARÊNCIA

MPPB alcança excelência em 2018 e se mantém no 1º lugar do “Transparômetro”

Em 2018, o Ministério Público da Paraíba chegou ao primeiro lugar no Transparômetro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e vem se mantendo com o conceito de “excelente”. Treze dos 31 ramos e unidades do MP brasileiro estavam nessa situação confortável, mas hoje são somente sete. O último ranking dos Portais de Transparência do MP foi divulgado em maio de 2019. Isso significa que o MPPB cumpriu 100% das determinações da Lei de Acesso à Informação e de resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que tratam de transparência na divulgação dos dados.

A melhora na transparência de dados vem sendo gradativa, desde que a avaliação foi iniciada. Na primeira avaliação, em 2014, por exemplo, o MPPB obteve o índice de 26,32%, ficando em penúltimo lugar. No quarto trimestre de 2015, o índice já havia subido para 63,19%. No segundo semestre de 2017, alcançou 97,80%, ficando na 6ª colocação.

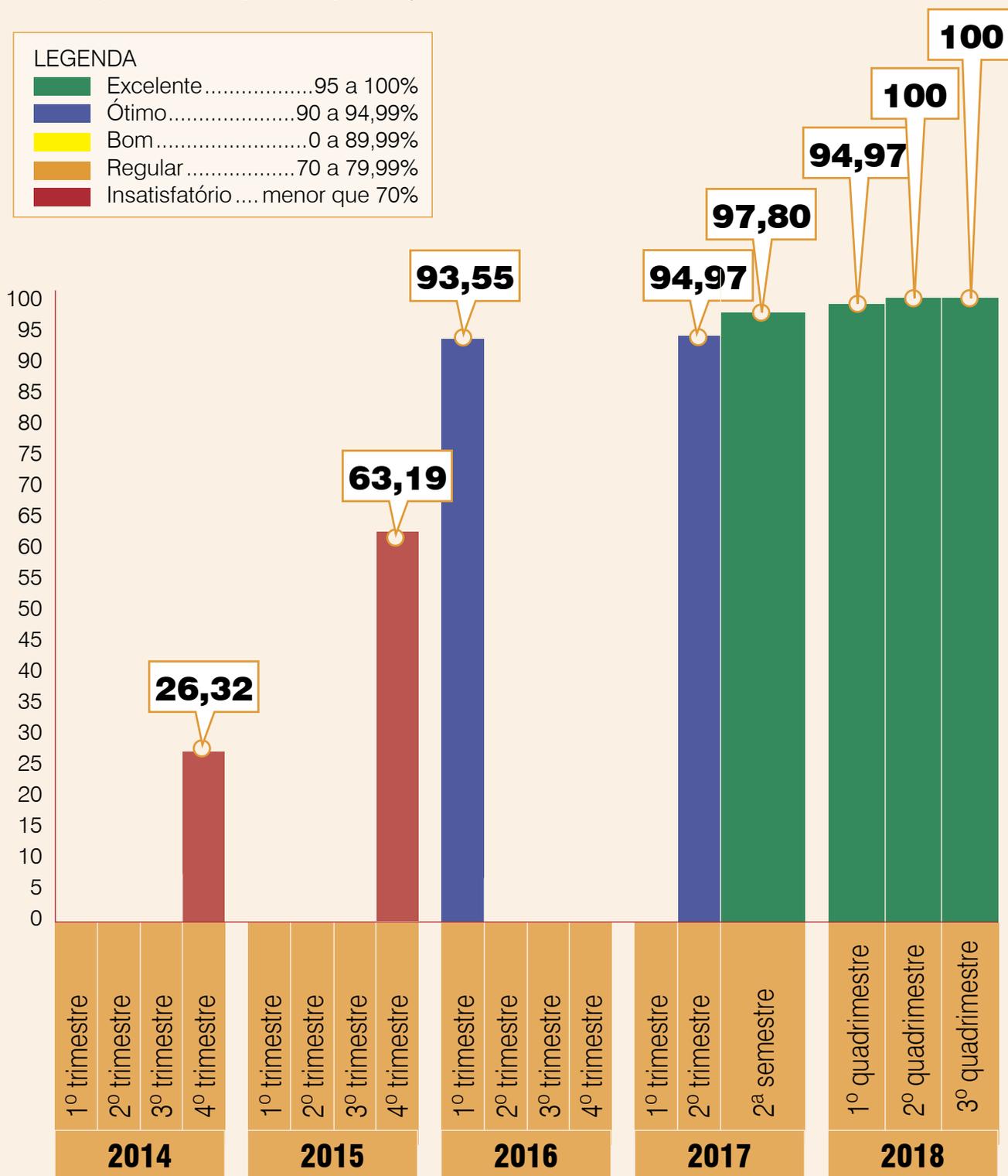
Atualmente, a avaliação dos 31 Portais de Transparência do MP é realizada a cada quatro meses pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do CNMP. O diagnóstico demonstra que as unidades e os ramos do MP, além do CNMP, têm conquistado melhorias para alcançar uma gestão marcada pela transparência.

Avaliação baseada na LAI

A avaliação é feita com base na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/11) e nas Resoluções do CNMP 86/2012, 89/2012 e 115/2014, que buscam um aprofundamento bem mais detalhado e específico do que o cobrado pela LAI. O objetivo da publicação

é deixar transparente a metodologia empregada pela CCAF na análise do cumprimento de cada um dos mais de 250 itens utilizados para o monitoramento eletrônico que gera o Transparômetro.

LEGENDA	
■	Excelente.....95 a 100%
■	Ótimo.....90 a 94,99%
■	Bom.....0 a 89,99%
■	Regular.....70 a 79,99%
■	Insatisfatório menor que 70%



MPPB cumpre lei sobre transmissão de licitações antes de sua vigência

Em 8 de maio de 2019, foi sancionada a Lei 11.322, que dispõe sobre a transmissão ao vivo, por meio da internet, dos processos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades prestadores de serviço público do Estado da Paraíba. O MPPB e o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco-PB) atuaram, junto ao Conselho Estadual da Transparência Pública e Combate à Corrupção, para que a proposição virasse lei, e, mesmo antes de entrar em vigor, a Procuradoria-Geral de Justiça passou a cumprí-la.

O MPPB, através do CAO do Patrimônio Público, e o Focco propuseram iniciativa desde 2017, insistindo na importância da matéria e acompanhando, desde então, projetos apresentados por deputados na Assembleia Legislativa. Uma das atribuições do Conselho Estadual de Transparência, no qual o MP tem assento, é fazer proposições legislativas. A proposta foi encaminhada ao então-governador pelo Focco, sob a coordenação do procurador-geral de Justiça, em 2018. Todos os deputados da Assembleia foram oficiados. Alguns projetos foram apresentados e arquivados, no período. Em 2019, o projeto foi reapresentado, e o MPPB encaminhou à ALPB uma manifestação pela sua constitucionalidade e ele foi aprovado à unanimidade e sancionado pelo governador.

De acordo com o texto da lei, “as sessões de processos licitatórios realizadas por órgãos e entidades prestadores de serviço público serão gravadas em áudio e vídeo e transmitidas por meio da internet, ficando devidamente arquivadas pelo período de cinco anos. A transmis-



Acompanhe [AQUI](#) as próximas licitações, em tempo real.

são ao vivo deve abranger os procedimentos de: abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes; verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação do edital”.

Apesar de ter sido aprovada e sancionada em maio, a lei somente entra em vigor no prazo de 180 dias contados da data de sua publicação, que é o tempo necessário para que os órgãos se organizem para cumpri-la. Mas, já é uma realidade no MP, que, entre maio e junho, realizou 6 pregões com transmissão ao vivo.

Ferramentas de comunicação para conscientização da sociedade

Em parceria com outras instituições e empresas, o Ministério Público realizou campanhas de orientação e conscientização da população nos veículos de comunicação e nas redes sociais institucionais e também através de atividades presenciais. Foram tratados problemas de

interesse da sociedade, como: consumo e venda de álcool e outras drogas a menores de 18 anos, violência doméstica e crime de importunação sexual, superlotação da rede de saúde, violação de direitos da criança e do adolescente e o desconhecimento dos eleitores em relação ao histórico de vida de seus representantes.



Prevenir é Proteger!



Não é Amor, é Violência!



16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher



Nenhuma a Menos, Paraíba!



A Escolha Certa Está em Suas Mãos!



Algumas logomarcas criadas pela Assessoria de Comunicação, nos últimos dois anos

IDENTIDADE VISUAL

Renovação e fortalecimento de marcas de projetos e programas

Nos últimos dois anos, houve uma preocupação maior com a representação dos projetos e atuação do MPPB relacionada especificamente à identidade visual. Logomarcas de projetos e programas, por exemplo, começaram a

ser pensadas e desenvolvidas por uma equipe da área de comunicação, observando elementos gráficos que pudessem agregar valor à imagem do Ministério Público, à sua missão e a seus valores. Isso resulta em ganhos na comunicação do órgãos ministeriais com a sociedade.

Alguns trabalhos

- Família que Acolhe
- IPTU Legal
- Formando Vidas
- MP por Elas
- Reparação
- Fim dos lixões
- Refletir

- Nupar
- NPP
- Núcleo de Gênero
- Florescer Mulheres
- Plid
- Nudetor
- MP Consciente

- MP Uniforme
- SMP
- Concurso de Fotografia
- Focco-PB*

* Marca já existia, mas foi redesenhada.

Você
 Conhece?

NUPAR

Núcleo de Promoção da Paternidade



MPPB e Sudema discutem licenciamento de unidades de gerenciamento de resíduos sólidos



MPPB e CMJP lançam campanha de conscientização para prevenção...



Ouvidoria do MPPB promove audiência pública em Alagoa Grande...



Procurador de Justiça MP recebe visita institucional do presi...



Promotoria requer na Justiça restabelecimento de agência banc...

PORTAL INSTITUCIONAL

Nova roupagem para o canal de comunicação com os públicos interno e externo

Há algum tempo, o portal do Ministério Público da Paraíba já não atendia aos objetivos de comunicar-se com os públicos interno e externo. Por determinação do procurador-geral de Justiça, a Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) criou o novo layout, privilegiando ferramentas de acessibilidade e usabilidade, deixando algumas seções mais intuitivas. Os serviços também ganharam mais destaque no novo site, dando ainda

mais ênfase ao Portal da Transparência.

Com o apoio dos órgãos e setores do MPPB, a Assessoria de Imprensa ficou responsável pelo conteúdo, organizando o material já existente e criando novos conteúdos, a exemplo da apresentação das áreas de atuação para que a população compreenda melhor as atribuições ministeriais. A ideia do portal é que ele esteja sempre 'em construção' para atender a novas demandas internas e externas de comunicação.



Vencedores e finalistas no 2º Concurso de Fotografia do MPPB

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Estratégia para aproximar o MP da sociedade e valorizar talentos

O Concurso de Fotografia do MPPB foi desenvolvido como uma estratégia múltipla para a instituição se aproximar da sociedade, mostrando sua atuação, e, através da produção de fotografia, compreender melhor sobre os direitos humanos. Além desse objetivo, o concurso tem gerado produtos: o incremento do acervo fotográfico do setor de Assessoria de Imprensa para produzir peças e campanhas e ilustrar publicações e também o conteúdo visual do calendário institucional.

O concurso ainda prevê a realização de uma mostra fotográfica a ser realizada na semana do dia 14 de Dezembro, em comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público brasileiro e a premiação das fotos vencedoras em três categorias: 1. 'profissional', 2. 'amador' e 3. 'membros e servidores'.





Vencedor de concurso nacional

O trabalho “O berço de João Pessoa”, inscrito pelo Ministério Público da Paraíba, está entre os vencedores do 1º Concurso de Fotografia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) “Brasil, Nossa Casa: retratos da diversidade”, na categoria ‘Institucional’. O resultado, dando o terceiro lugar ao MPPB, foi divulgado em março de 2019. O órgão ministerial paraibano concorreu na seleção nacional com outras duas imagens sendo os três trabalhos selecionados como finalistas. O MPPB também foi finalista no mesmo concurso, na categoria ‘Autoral’. com o trabalho “Compre meu feijão para o almoço”, da servidora Simone Araújo, da Promotoria de Justiça de Picuí.

Foto da Cidade Antiga foi premiada



Trabalho sobre a Feira Central foi finalista





Media training foi ministrado pelo jornalista Fábio Gusmão. A Ascom preparou manual para membros

O MPPB NAS MÍDIAS

Relacionamento com a imprensa e diálogo nas redes sociais

O Ministério Público da Paraíba entende o papel dos meios de comunicação numa sociedade democrática e enxerga-os como canais para divulgar suas ações e também receber o feedback delas. Pensando nisso, em abril de 2018, a PGJ, através da Assessoria de Imprensa e do Ceaf, promoveu o treinamento de mídia para membros e servidores, como objetivo de melhorar o relacionamento do MPPB com a imprensa. Na ocasião, foi entregue o manual “O MPPB e as Mídias - Guia de Relacionamento”, produzido pela Assessoria de Imprensa.



Mas o mundo está mudando e as redes sociais digitais, sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa, também se tornaram um canal importante para a instituição, que tem procurado manter o diálogo com o público externo. No Instagram, por exemplo, houve um aumento de mais de 1.000% no número de seguidores. Muito mais do que métricas de vaidade, as curtidas e os novos seguidores significam uma abertura a mais para a comunicação com a sociedade, para divulgar seus direitos e deveres; é uma ferramenta também de controle social.

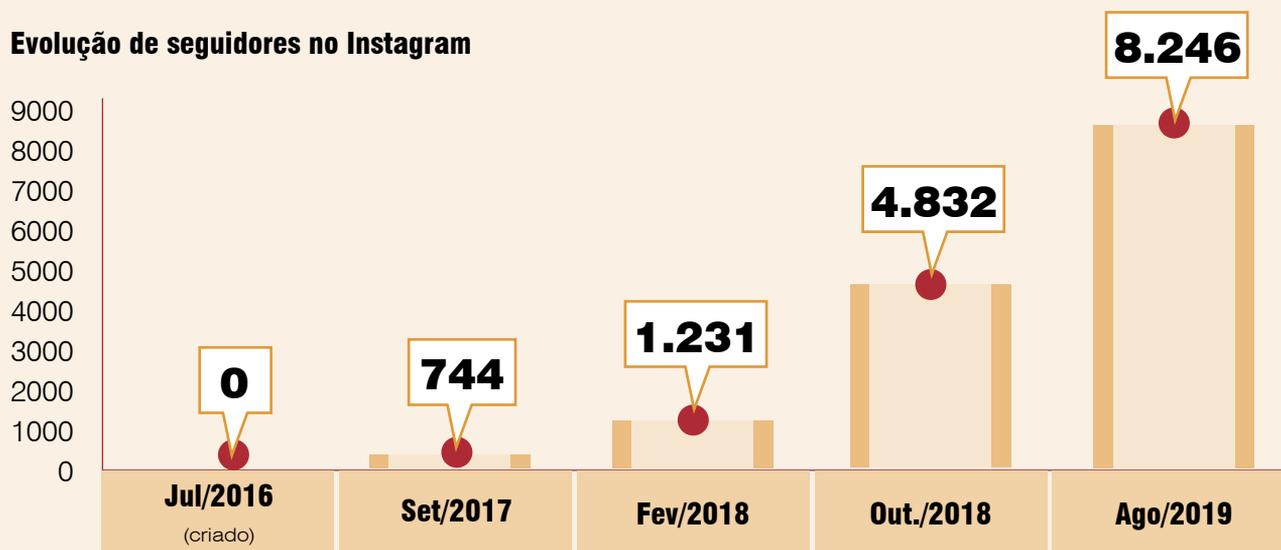
Alguns resultados

O MPPB nos meios de comunicação tradicionais

2.184	matérias de interesse público e institucional publicadas no site do MPPB
99	páginas com conteúdo institucional publicadas no Jornal Correio, entre setembro de 2017 e julho de 2019.
86	edições do MP Notícias, veiculadas na Rádio Justiça aos sábados e domingos, às 10h, e, na Rádio Tabajara (105.5 FM), às segundas-feiras, às 6h30, entre setembro de 2017 e julho de 2019.
80	atendimentos à imprensa, em média, por mês, atendendo demandas diversas, como esclarecimentos, pedidos de informações e de entrevistas com membros.
51	matérias publicadas pelos meios de comunicação, em média, por dia, citam o MPPB, incluindo releases encaminhados pela Assessoria de Imprensa do órgão e reportagens produzidas de forma independente pelos jornalistas. Os relatórios (clipagem) estão disponíveis AQUI .
41	edições inéditas do MPTV, veiculadas na TV Itararé, TV Câmara de João Pessoa, TV Assembleia e no Canal do MPPB no YouTube, nos últimos dois anos.

O MPPB nas redes sociais digitais

Evolução de seguidores no Instagram



No Facebook

724	curtidas na página do MPPB entre setembro de 2017 e julho de 2019. Chegamos a 7.718 perfis nos seguindo.
------------	--

10. MPPB

EVENTOS E CURSOS

- Mais de 1,6 mil horas de aprendizado





Congresso Estadual do Ministério Público foi um dos eventos mais importantes da instituição

EVENTOS E CAPACITAÇÕES

Investindo na capacitação permanente para resultados mais efetivos

O Ministério Público da Paraíba acredita na capacitação permanente das pessoas com vistas ao melhor exercício das suas atribuições e, por isso, investiu em cursos, treinamentos e eventos destinados a membros e servidores e a re-

presentantes da sociedade, nos últimos dois anos. Para isso, foram feitas parcerias entre o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), outros órgãos ministeriais e instituições externas, a exemplo da Escola do Serviço Público do Estado da Paraíba – Espesp.

Os números

117

eventos, cursos e
capacitações

1.662

horas de duração

2.480

participações
(públicas interno e externo)

Alguns eventos

Eventos presenciais

1. Lançamento da Revista Jurídica do Ministério Público Nº 09/2015
2. Módulo Especial II do Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Promotor do Júri
3. Curso de Detecção de Fraudes em Licitação
4. Encontros Regionais 2017 – Patos, Campina Grande e João Pessoa
5. Curso de Detecção de Fraudes em Licitação
6. Curso de Capacitação – Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher – Provocando uma Atitude de Paz
7. Minicurso “Ministério Público e Atuação Integrada: Experiências Exitosas para a Resolução dos Problemas na Área Ambiental”
8. Seminário “Novos Instrumentos de Prevenção e Combate à Corrupção”
9. Curso Media Training – Relacionamento do MPPB com as Mídias
10. Curso de Perícia Criminal – Interface da Prova Pericial – Evidências e Quesitação
11. II Workshop sobre Depoimento Especial e Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência à luz da Lei 13.431/2017
12. Curso de Capacitação do Projeto Refletir
13. Segurança Humana e Inclusão: Construindo Dignidade Através da Igualdade nas Relações de Consumo
14. Ministério Público Eleitoral: Aprimoramento da Atuação
15. IV Congresso Estadual do MPPB: Ministério Público Contemporâneo – Três Décadas de Constituição Cidadã
16. 2º Encontro Nacional do Cira (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos)
17. Curso de Capacitação para Novos Servidores
18. Seminário de Combate à Pirataria e Proteção à Saúde do Consumidor: Enfrentamento de Violências Silenciosas Decorrentes da Comercialização de Produtos Piratas no Setor de Produtos para Saúde
19. Capacitação em Direito e Inclusão
20. Reunião de Trabalho com Promotores Eleitorais
21. Roda de Conversa “A Representatividade da Mulher nas Instituições”
22. Seminário de Humanização do Direito Civil-Constitucional
23. Lançamento da Campanha Setembro Amarelo
24. Seminário: Teoria e Prática sobre Acordo Civil no Âmbito da Improbidade Administrativa





Participantes do Congresso Estadual do MP



Atual coordenador do Ceaf em curso de formação de novos servidores



Membros e servidores participam de curso para formação de líderes

-
- 25. 3ª Capacitação do Projeto Refletir: Facilitadores para Grupos Reflexivos para Homens
 - 26. Capacitação para Fiscalização em Unidades Básicas de Saúde
 - 27. Curso sobre Justiça Restaurativa
 - 28. I Seminário sobre Violência Doméstica: Dilemas e Desafios do Enfrentamento
 - 29. I Semana do Ministério Público
 - 30. Curso para Novos Servidores
 - 31. Roda de Conversa: O MP e a Sociedade no Enfrentamento à Violência contra a Mulher
 - 32. Palestra “Empoderamento e Liderança Feminina”
 - 33. Técnicas de Mediação de Conflitos

- Aplicadas ao Ministério Público
 - 34. Curso de Mediação Básica de Negociadores, Conciliadores e Mediadores Extrajudiciais de Conflitos de Interesse
 - 35. I Encontro Estadual de Promotores do Júri
 - 36. Curso sobre o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas – Provita
 - 37. Apresentação e Capacitação sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Prevenção à Vida no Caso de Violência Doméstica contra a Mulher - Frida
 - 38. Curso Formação de Líderes com Equipes Eficazes
-





Treinamento sobre planejamento estratégico para membros e servidores



Capacitação sobre violência doméstica



Abertura de curso sobre perícia criminal

→ **Cursos a distância**

1. Assédio Moral nas Organizações Públicas
2. Atendimento ao Cidadão
3. Cidadania Ambiental – A Agenda da Administração Tributária
4. Conhecendo os tributos
5. Controle Social e o Sistema de Informação ao Cidadão
6. Crimes Contra a Administração Pública e a Ordem Tributária
7. Curso Atendimento Humanizado (três turmas)
8. Curso Persecução Penal nos Crimes que Ensejam Recuperação de Ativos
9. Curso sobre o Uso do PJe
10. Cursos com Caráter Permanente de

Capacitação

11. Direito Constitucional Tributário
12. Direito Penal Tributário
13. Direitos e Deveres
14. Entendendo o Orçamento Público
15. Gestão da Ética Pública
16. Gestão Estratégica na Administração Pública
17. ICMS Saiba Mais
18. Lei de Acesso à Informação
19. Material Disponibilizado para Consulta
20. MP Virtual
21. Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e
22. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
23. Português Básico ●





MPPB
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA PARAÍBA

